



UESB
Universidade Estadual
do Sudoeste da Bahia

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA

ALOÍSIO DOS SANTOS OLIVEIRA

Educação Física e Educação Antirracista: Reflexões, diálogos e possibilidades de intervenções em uma escola de Ensino Médio de Salvador - Ba.

JEQUIÉ - BAHIA

2024



ALOISIO DOS SANTOS OLIVEIRA

Educação Física e Educação Antirracista: Reflexões, diálogos e possibilidades de intervenções em uma escola de Ensino Médio de Salvador- Ba.

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Física em Rede – ProEF da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Educação Física - Área de Concentração em Educação Física Escolar

Orientadora: Profa. Dra. Christiane Freitas Luna

JEQUIÉ - BAHIA

2024



O48e Oliveira, Aloísio dos Santos.

Educação física e educação antirracista: reflexões, diálogos e possibilidades de intervenções em uma escola de ensino médio de Salvador - Ba / Aloísio dos Santos Oliveira.- Jequié, 2024.
120f.

(Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Física em Rede da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, sob orientação da Profa. Dra. Christiane Freitas Luna)

1.Racismo 2.Educação antirracista 3.Educação física 4.Ensino médio
I.Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia II.Título

CDD – 305.80981

Rafaella Cância Portela de Sousa - CRB 5/1710. Bibliotecária – UESB - Jequié



Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional (PROEF)



“Sair da minha aldeia sem lelê Lalá. Aprendi no mundo a soletrar.
Caboclo me deu o bê-á-bá
E a lua me ensinou o que é o amar.
Xetro marrumbá xetro”

Domínio Público





DEDICATÓRIA

Na cultura Yorubá, existe um ditado que fala assim: “*Iya ni wura, Babá ni jigi*” que significa “*Mãe é ouro, pai é espelho*”. Esse trabalho é dedicado a “*Mainha e Painho*” que plantaram a semente e agora descansam na paz eterna...



AGRADECIMENTO

Aos ancestrais espirituais, que nos guiam, protegem e abençoam a cada nascer do dia.

Aos antepassados, por todo sangue e suor derramados, permitindo chegarmos até aqui.

Aos familiares, de sangue, de profissão, sempre com uma palavra de incentivo e carinho.

A minha família de Axé, bem conduzida pela Iyá Elisa Maria, pela energia e abraços de bom coração

Aos amores, Julia Oliveira e Gessi Queli, pela presença diante das necessárias ausências.

Aos professores e colegas do PROEF/UESB/JEQUIÉ, por compartilhar experiências e aprendizados, mantendo a chama da Educação Física escolar acesa.

Aos meus colegas de “voos rasteiros” Arilson Anunciação, Everaldo Junior e José Roberto, pelas resenhas e companheirismo.

À minha orientadora, pela confiança, atenção e humildade na condução do processo.

À banca examinadora, professora Dra. Marise de Santana e professora Dra. Luciana Brito, pelo carinho, disponibilidade e contribuições para a construção do trabalho.



RESUMO

A Educação Física, como disciplina obrigatória do currículo escolar da educação básica, possui na sua concepção atual, elementos da cultura corporal, que possibilitam sua contribuição para a implementação da Lei 10.639/03 visto na compreensão do racismo como um fenômeno presente na estrutura da sociedade brasileira, inclusive no ambiente escolar, sendo essa área de conhecimento uma ferramenta importante para a efetivação de uma Educação Antirracista. Este trabalho tem como objetivo analisar de que forma o racismo se manifesta e se este é reconhecido nas aulas de Educação Física numa escola de ensino médio, em Salvador (BA), na perspectiva de buscar conhecimentos e ferramentas para propor uma intervenção pedagógica a partir de uma Educação Antirracista. A pesquisa tem uma abordagem qualitativa e utilizou como instrumentos de coleta de dados, questionários, grupo focal e observação aplicados à professores de uma escola de ensino médio em Salvador-Bahia e também questionários com os alunos da 3ª série do ensino médio da mesma Unidade Escolar. Os dados, quando analisados, nos mostraram a dificuldade para professores e alunos em perceberem atos racistas no ambiente escolar, muitas vezes associando “apenas” a injúria racial, sendo essa a manifestação mais frequente dentro da escola, apontada pelos questionados. A partir das informações coletadas, produzimos um produto educacional dividido em duas partes: Inicialmente uma cartilha com orientações pedagógicas para auxiliar o professor de Educação Física na aproximação com uma Educação antirracista e uma sequência didática, com 12 aulas sugestivas, para ser desenvolvida, inicialmente, com alunos da 3ª série do ensino médio, sendo essa uma possibilidade de intervenção pedagógica no combate ao racismo no ambiente escolar utilizando os elementos pertinentes à Educação Física.

Palavras-chave: Racismo, Educação Antirracista, Educação Física, Ensino Médio.



ABSTRACT

Physical Education, as a mandatory subject in the basic education school curriculum, has, in its current conception, elements of body culture, which enable its contribution to the implementation of Law 10,639/03 seen in the understanding of racism as a phenomenon present in the structure of society Brazilian society, including in the school environment, with this area of knowledge being an important tool for implementing Anti-Racist Education. This work aims to analyze how racism manifests itself and whether it is recognized in Physical Education classes at a high school in Salvador (BA), with a view to seeking knowledge and tools to propose a pedagogical intervention based on Anti-Racist Education. The research has a qualitative approach and used data collection instruments, questionnaires, focus groups and observation applied to teachers from a high school in Salvador-Bahia and also questionnaires with students in the 3rd year of high school from the same School Unit. . The data, when analyzed, showed us the difficulty for teachers and students in perceiving racist acts in the school environment, often associating “just” racial insults, this being the most frequent manifestation within the school, highlighted by those questioned. Based on the information collected, we produced an educational product divided into two parts: Initially a booklet with pedagogical guidelines to assist the Physical Education teacher in approaching anti-racist Education and a didactic sequence, with 12 suggestive classes, to be developed, initially, with students in the 3rd year of high school, this being a possibility of pedagogical intervention in combating racism in the school environment using elements relevant to Physical Education

Keywords: Racism, Anti-Racist Education, Physical Education, High school



SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. REFLEXÕES SOBRE OS ESTUDOS QUE IDENTIFICAM, DENUNCIAM E APRESENTAM CAMINHOS PARA SUPERAR O RACISMO ESTRUTURAL.....	17
2.1. Um país que reconhece o racismo, mas não reconhece os racistas.....	18
2.2. Movimento Negro Educador	20
2.2.1 - Desconstruindo a discriminação do negro no livro didático	24
3. TRANSFORMAÇÕES DA ÁREA DE CONHECIMENTO DA EDUCAÇÃO FÍSICA: PERSPECTIVAS DEMOCRÁTICAS E OS DIÁLOGOS COM A QUESTÃO RACIAL.....	27
3.1 A lei 10.639/03 e a Educação Física.....	28
3.2.- Estética afirmativa: Corpo negro e Educação Física.....	32
3.3 A Educação para as Relações Étnico Raciais e a Educação Física	36
4. TRAJETÓRIA METODOLÓGICA	47
5 - ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS	52
7. CONCLUSÕES	70
8. REFERÊNCIAS.....	74
9 – ANEXOS.	79
ANEXO – A: INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS- QUESTIONÁRIOS.....	79
ANEXO – B: PRODUTO EDUCACIONAL	87

1.INTRODUÇÃO

O preconceito tem uma história antiga, questões relativas a modo de vida, religião, disputas territoriais, levaram a processos que causaram subjugação de comunidades, povos, tribos, muitas vezes só por ser estrangeiro, contudo, a edificação social de preconceito relativo à cor da pele, foi um constructo ideológico social que vem sendo fomentado, mas também combatido ao longo dos anos.

Segundo Munanga (2005, p 15 a 20), na sociedade brasileira o racismo é negado e / ou camuflado pelo mito da democracia racial, ideologia que criou uma contradição entre o discurso e a prática, induzindo para um comportamento social que impede o descortinar da realidade para o desenvolvimento de ações educativas que levem o povo a superar a ideologia da desigualdade racial construída através de um longo processo histórico

A elaboração intencional de inferiorização de atributos, através de estereótipos podem levar um povo até a auto rejeição e negação de seus valores culturais (SILVA, 2005). O racismo, presente em diversos espaços sociais, interfere de forma perversa nas relações pessoais e o ambiente escolar não está imune e sofre as consequências, seja no currículo, na prática pedagógica, nas relações entre os alunos ou no silenciamento dos professores e gestores diante de atos preconceituosos e discriminatórios no ambiente escolar.

“Pior é você, que além de pobre é preto”. Essa fala, foi deferida por uma aluna da 3ª série do ensino médio, ao colega durante uma discussão na aula de Educação Física, depois que o mesmo a “agrediu” fazendo um “comentário” sobre o seu cabelo, comparando-o com a esponja de aço “Assolan”. Alunos e alunas utilizam de violência simbólica, através de falas discriminatórias e ofensivas, destacando a condição social, a orientação sexual e/ou religiosa e a raça ou simplesmente a “cor da pele” para se agredirem e impor a sua condição ou opinião.

As citadas situações estão distantes de serem “privilégios” desta ou daquela Unidade Escolar ou de acontecerem apenas nas aulas de Educação Física, para engrossar as pesquisas que versam sobre a temática, relatos de colegas ratificam

situações similares em momentos e espaços distintos, alunos e alunas são vítimas e reprodutoras de atos racistas no ambiente escolar.

Vale destacar, que as ofensas mútuas não se caracterizam como racismo de "negro para negro" e sim uma reprodução do racismo que incide sobre eles, o racismo conceituado como fenômeno estrutural, só pode ser reproduzido por quem domina a estrutura, quem se beneficia dele, quem ocupa o topo da pirâmide social e pretende se manter nessa posição por meio da exploração e da discriminação, ou seja do branco para o negro.

Essas inquietações tem suas raízes desde a minha formação inicial e foi ganhando forma ao longo do tempo. Como formação continuada, tive aproximação com a pesquisa *stricto sensu* cursando uma disciplina como aluno especial na Universidade Estadual da Bahia (UNEB), Aspectos da Epistemologia da Cultura Africano-brasileira e Educação a qual me colocou diante das questões relacionadas a raça e gênero e da necessidade uma maior participação no combate ao racismo, a intolerância religiosa a toda e qualquer forma de discriminação e preconceito, pautas inerentes ao ofício da docência. As Especializações em Educação, Pobreza e Desigualdade Social-UFBA (2017) e em Metodologias Interdisciplinares e Interculturais para o Ensino Fundamental e Médio pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) - Polo São Francisco do Conde.(2020-2022) somadas em 2019, a participação na disciplina Educação e Cultura Popular, como aluno especial no Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFBA, com uma abordagem sobre os conceitos de cultura, identidade, etnia, educação não-formal, arte-educação e a reflexão sobre questões acerca das manifestações da cultura popular enquanto processos de construção da identidade cultural no âmbito da educação formal e não-formal, foram relevantes na compreensão dos conceitos basilares desta proposta de intervenção.

A formação continuada então, foi fundamental para entender a relevância de aprofundar os estudos que versam sobre o racismo e como se materializa na escola e mais particularmente nas aulas de Educação Física para que ao identificar e entender, contribuir no enfrentamento e apresentar possíveis intervenções.

Como homem negro, professor e oriundo da comunidade onde a escola que será espaço de observação para a pesquisa está inserida, ou seja, a escola faz parte de minha comunidade, entendo que é necessário compreender como se dá esse processo. Minha identidade e minha trajetória de formação justificam a minha escolha por este tema.

Diante dos conceitos postos até o momento, surgem alguns questionamentos: De que forma o racismo se manifesta na escola e nas aulas de Educação Física? Quais os limites e as possibilidades que a os professores de Educação Física possuem para a efetivação de uma Educação Antirracista, a partir da Lei 10.639/03 como referência?

Para respondermos essas e outras questões que surgiram, se fez necessária uma “guerra” árdua, transformada em pesquisa, contando ao longo do caminho, com personagens, fatos, informações e leituras que foram determinantes para a compreensão do(s) conceito(s) do(s) racismo(s) as consequenciais para a sociedade e as possibilidades de superação, principalmente no ambiente escolar, tendo a Educação Física como agente.

Analisar de que forma o racismo se manifesta e se este é reconhecido nas aulas de Educação Física numa escola de ensino médio, em Salvador (BA), na perspectiva de buscar conhecimentos e ferramentas para propor uma intervenção pedagógica a partir de uma Educação Antirracista é o objetivo geral da pesquisa.

Para tanto, pressupõe ser de grande importância aprofundar os estudos, revisar a bibliografia pertinente, dialogar com obras e personagens do Movimento por uma Educação Antirracista e da Educação Física escolar com objetivos específicos de Identificar a percepção de racismo no ambiente escolar, refletir acerca do racismo nos espaços de aprendizagem de uma escola de ensino médio em Salvador, sobretudo nas aulas de Educação Física, apresentar como produto educacional, em formato de cartilha, estratégias metodológicas numa perspectiva de uma Educação Física Antirracista sendo que essa pode ser uma ferramenta pedagógica capaz de contribuir para o trabalho docente no enfrentamento ao racismo no ambiente escolar, somando a cartilha, vamos apresentar uma sequência didática, com 12 aulas que podem ser desenvolvidas ou adaptada por outros professores.

Dentro de uma abordagem qualitativa e sendo o autor, participante direto da comunidade pesquisada, atuando como docente da Unidade Escolar em questão, foi a Pesquisa-ação foi considerada a metodologia pertinente ao estudo realizado. A pesquisa se realizou numa escola de porte especial, na cidade de Salvador/Ba, teve como participantes professores e alunos, a coleta de dados aconteceu por questionários, observação sistemática e grupo focal e a análise de dados se deu pela técnica da codificação, codificar, nesse contexto, significa “organizar todos os conjuntos de dados de acordo com tópicos, temas e problemas importantes para o estudo” (STAKE, 2011, p. 166)

Os capítulos estão assim distribuídos ao longo da pesquisa: No capítulo 02, “Reflexões sobre os estudos que identificam, denunciam e apresentam caminhos para superar o racismo estrutural”, tomaremos como referência a inédita pesquisa “Percepções do racismo no Brasil”¹, apresentada em julho de 2023, a pesquisa apresenta índices relativos a diversos aspectos da discriminação racial em curso no país, identificando como tal processo é observado por diferentes grupos da população brasileira. Abordaremos também as denúncias do Movimento Negro Unificado, as mudanças ocorridas na Educação Física, a lei 10.639/03 e suas contribuições para a Educação Antirracista.

No capítulo 03 “A Educação para as Relações Étnico Raciais (ERER) e a Educação Física”, vamos analisar como a Educação Física, e as outras disciplinas do currículo escolar, também pode desenvolver atividades antirracistas, tomando a lei 10.639/03 como referência e fazendo valer o respeito a diversidade, inclusão e o combate ao racismo. Para isso, buscamos catalogar algumas produções acadêmicas que tomaram a relação Educação para as Relações Étnico Raciais (ERER) e Educação Física, como temática, buscando apontar possibilidades de superação do racismo no ambiente escolar. Nesta mesma perspectiva, destacaremos educadores e produções acadêmicas pautadas em práticas pedagógicas numa Educação Antirracista, com a intenção de conhecer suas principais colaborações neste sentido.

¹ A pesquisa está disponível no site <https://percepcaosobreracismo.org.br/>

Traremos os “caminhos metodológicos” utilizados para realização da pesquisa, no capítulo 04, seguido da “análise dos dados” coletados no capítulo 05 e as “conclusões” e as “possibilidades de superação” no capítulo 06 , por fim as referências utilizadas no capítulo 07 e no 08 os anexos, onde estará o produto educacional da pesquisa, uma cartilha com orientações metodológicas para uma Educação Física Antirracista que possa, de alguma maneira, contribuir com reflexões que ajudem na construção de um ambiente de respeito e valorização das diversas e inclusão no ambiente escolar.

O Produto Educacional, em formato de compêndio, é parte das atividades da Disciplina Seminário de Pesquisa Científica em Educação Física, ofertada no Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional – PROEF, na Instituição de Ensino Superior (IES) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia- UESB, campus de Jequié.

O objetivo desse material é auxiliar o trabalho pedagógico do professor de Educação Física, na compreensão do conceito e das consequências do racismo estrutural no ambiente escolar e nas aulas de Educação Física, assim como acessar estratégias de enfrentamento e superação a partir da promoção de uma Educação Antirracista.

O Produto Educacional está na sessão anexos desta dissertação.

2. REFLEXÕES SOBRE OS ESTUDOS QUE IDENTIFICAM, DENUNCIAM E APRESENTAM CAMINHOS PARA SUPERAR O RACISMO ESTRUTURAL

Na busca de um entendimento mais contextualizado do racismo enquanto fenômeno social, optou-se por um resumo breve panorama para compreender as bases que fundamentam as relações raciais no Brasil atualmente, em especial no ambiente escolar.

A percepção do racismo estrutural na escola, assim como em outras instâncias, é algo que por vezes se torna difícil porque, sendo estrutural, o racismo muitas vezes se manifesta nas sutilezas. É mais óbvio quando se trata de uma discriminação, uma injúria racial, em que um sujeito comete um ato contra o outro. Mas como estamos falando de racismo estrutural, isso significa que não está no sujeito, mas nas estruturas, ou seja, naquilo que dá base às relações. (NASCIMENTO, 2022)

Em 2013 o Ministério da Educação e Cultura (MEC), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e a Secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial (SEPPIR), publicaram um documento intitulado “Indicadores da qualidade na educação: Relações raciais na escola”, organizado por Dra. Denise Carreira (2013) através do instituto Ação Educativa, essa referência revela que:

Toda criança e todo o adolescente têm direito a uma educação de qualidade e inclusiva, baseada no reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos diversos povos que ajudaram a formar nossa sociedade multiétnica e multirracial. Nesse sentido, todos os setores do Estado e da sociedade, assim como cada cidadão e cidadã, são agentes indispensáveis na tarefa de assegurar a inclusão equânime de todos os grupos sociais nos processos de desenvolvimento do país. Isso só será possível por meio da universalização de uma educação antidiscriminatória e de qualidade (2013, p.05)

Os documentos são fartos e bem detalhados, trazem a problemática e teorizam possibilidades de solução, todavia o que se observa ao longo da história da educação no Brasil é que as escolas sempre foram tudo, menos equânime, seja em relação a classe, gênero e sobretudo quanto a raça. Em um passeio histórico sobre a educação podemos ver diversos marcos sociais e políticos que corroboram com essa percepção.

2.1. Um país que reconhece o racismo, mas não reconhece os racistas

A pesquisa “Percepções sobre o racismo no Brasil²” encomendada pelo Instituto de Referência Negra Peregum e pelo Projeto SETA (Sistema de Educação por uma Transformação Antirracista) e realizada pelo IPEC (Inteligência em Pesquisa e Consultoria Estratégica). Foram consultadas 2 mil pessoas de 16 anos ou mais em todas as regiões do país entre os dias 14 e 18 de abril de 2023 a fim de se identificar a opinião da população brasileira relativa à percepção sobre racismo. O estudo apresenta índices relativos a diversos aspectos da discriminação racial em curso no país e, ainda, como tal processo é observado por diferentes grupos da população brasileira. Os dados apresentados reforçam os achados de várias pesquisas de abrangência nacional que indicam impactos do racismo, tais como exclusão, marginalização e sub-representação de grupos populacionais em função de sua raça/cor/etnia. Também constam resultados inéditos que alertam para a necessidade de que Estado e sociedade civil se organizem a fim de realizarem ações sistêmicas, coordenadas e vigorosas para o combate ao racismo. Os dados apresentados devem contribuir para que agentes e instituições estatais, do mercado e do terceiro setor se orientem para a promoção da equidade racial no Brasil.

Os números são contundentes, 44% da sociedade brasileira reconhece que raça, cor e etnia como os principais fatores geradores de desigualdades no país, e mais da metade (51%) já presenciou alguma situação de racismo.

A pesquisa mostra que para 81% das pessoas entrevistadas, o Brasil é um país racista. No entanto, apenas 11% afirmaram ter atitudes discriminatórias. Os brasileiros afirmam viver em um país racista, mas negam discriminação. Contudo, sabe-se que 29% dos entrevistados vivenciaram agressão física, um fato que vai além da simples discriminação. Para 64% das pessoas jovens entre 16 e 24 anos, o ambiente educacional é onde mais sofrem racismo.

Os números conferidos pela pesquisa, nos leva a apontar uma contradição: a população, majoritariamente, reconhece a existência do preconceito motivado por

² Disponível em <https://percepcaosobreracismo.org.br/>

raça, mas não acredita reproduzi-lo, ou seja, há um desconhecimento sobre conceito e os efeitos do racismo estrutural em nosso país.

O podcast de notícias “Durma com essa”, do Nexo Jornal aponta que essa contradição já foi identificada em outros estudos. Em entrevista, o sociólogo Thales Vieira³ que é um dos diretores do centro de pesquisa “Observatório da Branquitude” comentou sobre o dado:

É sintomático que diferentes institutos, organizações, com diferentes metodologias, em diferentes tempos, tenham chegado à mesma conclusão, que o brasileiro concorda que vive num país racista, mas não pratica racismo, e não conhece quem o pratica. É como se houvesse um crime que só produzisse vítimas, mas não tivesse algoz. (2023, p.12)

Nas palavras do sociólogo Thales Vieira para o podcast⁴, não é à toa que houve um crescimento muito forte de estudos sobre a branquitude, que buscam colocar em perspectiva o racismo sobre a ótica de quem o exerce e garante vantagens simbólicas e materiais diante dessa estruturalidade. Segundo Thales não é mais possível analisar esses fenômenos sócio raciais brasileiros sem elencar o branco e suas estruturas de privilégio que são fincadas nesse racismo que tem raízes históricas lá na escravização, mas que são reificadas diuturnamente, sem essa implicação o racismo seguirá como esse crime sem autoria.

Apesar dos números serem chocantes, é possível observar que ao longo da história, surgiram movimentos e tentativas contrárias ao modelo colonial de educação⁵ “ainda” em vigor. Vamos nos aproximar de deles alguns para embasar uma reflexão sobre as possibilidades de construção de uma Educação Física Antirracista.

³ Disponível em <https://www.nexojournal.com.br/podcast/2023/07/27/na-rua-na-escola-em-casa-onde-o-racismo-se-manifesta-no-brasil>

⁴ Disponível em <https://www.nexojournal.com.br/podcast/2023/07/27/na-rua-na-escola-em-casa-onde-o-racismo-se-manifesta-no-brasil>

⁵ A **educação** que foi desenvolvida no Brasil durante os três séculos de colonização era restrita, inicialmente, a alguns filhos de colonos e a índios aldeados. Até meados do século XVIII, as bases do que se ensinava na **Colônia** consistiam nos métodos da **educação jesuítica**. Os missionários da Ordem fundada por Inácio de Loyola que atuavam na conversão dos povos nativos da América eram herdeiros da escolástica tardia, que predominava na região da Península Ibérica no início da Idade Moderna e acabou sendo refletida na cultura dos colonos brasileiros.

2.2. Movimento Negro Educador

A Constituição de 1824, não reconhecia os negros escravizados, em larga escala africanos de nascimento, como cidadãos brasileiros e, portanto, os impedia de frequentar a escola formal, que era restrita, por lei, aos brasileiros. Só em 1878, um decreto permitiu a matrícula de negros libertos maiores de quatorze anos nos cursos noturnos (DOMINGUES, 2007; SANTANA; MORAES, 2009). No ano seguinte, com a reforma do Ensino Primário e Secundário de Leôncio Carvalho - nome dado em referência ao Ministro que defendia a adoção da educação de adultos, dos cursos noturnos, e da autorização de frequência à escola pelos escravos - instituiu-se a obrigatoriedade do ensino dos sete aos quatorze anos e caiu o veto que proibia a frequência dos escravos nas escolas públicas. Alguns escravizados passaram a frequentar escolas profissionais e, a partir daí, tornaram-se aptos para promover o letramento de outros negros em espaços informais, o que se configurou, segundo Gonçalves e Silva (2000), em mais uma das formas de acesso do negro ao conhecimento escolar primário antes que a escravidão fosse legalmente extinta.

A reforma Rivadávia Correia – assim chamada em menção ao então Ministro da Justiça e Interior –, em 1911, implantou a realização de exames admissionais e a cobrança de taxas nas escolas, impossibilitando o ingresso de grandes parcelas da população nas instituições oficiais de ensino (GARCIA, 2007). A escola era, então, com poucas exceções, um privilégio das elites. “Para a escola pública deixar de ser indigente, foi necessário que também a sua clientela fosse outra – crianças de famílias de ‘boa procedência’” (VEIGA, 2008, p. 514).

Foi nesse contexto histórico que intelectuais negros iniciaram, a partir de 1889, sua militância pelos direitos da população negra, em que a educação apareceria sempre como uma reivindicação prioritária, central. Surgiam os primeiros grupos do Movimento Negro brasileiro que, ainda sem um projeto ideológico e político mais amplo, eram conhecidos, à época, como movimento associativo dos homens de cor (DOMINGUES, 2007).

Movimento Negro Educador, esse termo foi cunhado por Nilma Lino Gomes em seu livro⁶ que leva o mesmo nome. A obra toma o Movimento Negro brasileiro como um agente educador que produz, sistematiza e articula saberes emancipatórios. A autora compreende o Movimento Negro como “[...] as mais diversas formas de organização e articulação das negras e dos negros politicamente posicionadas na luta contra o racismo e que visam a superação desse perverso fenômeno na sociedade” (p. 23).

Segundo Domingues (2007) o movimento político de mobilização racial negra – Movimento Negro (MN), no Brasil, historicamente está dividido em 3 fases:

1. A primeira entre 1889 a 1937, que corresponde ao período da Primeira República ao Estado Novo;
2. A segunda entre 1945 a 1964, que corresponde ao período da Segunda República à Ditadura civil- militar;
3. A terceira entre 1978 a 2000, que corresponde ao processo de redemocratização à República Nova.

Pode-se citar ainda, uma quarta fase, que corresponde ao período de 2000 até os dias atuais, no qual destacam-se o(s) Feminismo(s) Negro(s) e o surgimento de diferentes coletivos defensores de questões como empoderamento feminino negro; cotas raciais, nos campos educacionais e do trabalho; valorização das religiões de matrizes africanas, dentre outras.

Fazendo um recorte temporal, foram analisadas as ações do Movimento Negro a partir da década de 1970, onde surgiram novas lideranças, permitindo o renascimento da luta contra a discriminação racial em articulação com a luta pelas liberdades democráticas. E, como resultado da junção destas duas formulações, nasce, em 1978, o MNUCDR (Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial) , que posteriormente passou a se chamar Movimento Negro Unificado (MNU).

⁶ O objetivo do livro é tratar a construção dos saberes pelo Movimento Negro por meio de suas lutas por uma emancipação de seus conhecimentos e produções dos quais estão alinhados diversos setores da sociedade, a uma historicidade em comum, que moldam a sociedade e se fundamentam em suas práticas políticas e educacionais. Nilma Lino Gomes vê a necessidade de trabalhar o Movimento Negro com profundidade, para que exista uma compreensão de sua importância e seu papel social aliado a educação

Logo no seu surgimento, o MNU protagoniza uma ação de repúdio, pela morte do feirante Robson Silveira da Luz, torturado e morto por policiais do 44º departamento dos Guaianazes- SP, ao ser acusado de roubar frutas em seu local de trabalho. A agressividade da qual Robson sofrera, sem averiguação do caso, apenas por ser negro, fez com que negros e negras saíssem as ruas em protesto, nascendo assim o fortalecendo o MNU, em tempos de Ditadura.

O MNU veio para romper as barreiras racistas e foi importante para criação e implementação de políticas públicas, como: cotas universitárias, cotas em concursos públicos, além de fortalecer e ampliar a formação docente voltada para a valorização da cultura negra a partir da criação de leis.

De acordo com Gomes (2012) o Movimento Negro contribuiu para mudanças nas políticas educacionais reformulando os currículos com a implantação da Lei 10.639/03 da qual torna obrigatório o Ensino de História e Cultura Afro- brasileira.

A educação passa a ser entendida como fator primordial para ingresso, premência e sucesso do negro na sociedade. A ocupação dos “espaços de poder” passa necessariamente pela “qualificação” acadêmica, acessar o sistema de ensino, vivencia-lo e concluir os ritos, teoricamente, oferece mais oportunidades de inserção social, algo que na prática, não se consolida. Todavia, a falta de um “diploma” é justificada pela branquitude como o motivo para a ausência de pessoas negras nos postos de lideranças e chefias, ou seja, com titulação é difícil, sem, é impossível.

Segundo Gonçalves (2008), a educação pode ser uma atividade que reproduz a ideologia da democracia-liberal-burguesa, reforçando as desigualdades sociais, ou pode contribuir para desvelar as contradições das estruturas sociais, política e econômica na perspectiva classista de luta para emancipação humana diante da lógica da contradição.

A educação formal foi garantida para os negros e negras com o passar do tempo, mas que educação era (é) essa? Surge aí outra batalha. MNU entendeu a escola como um mecanismo de reprodução do racismo, vendo também a necessidade de reformulação do currículo e livros didáticos, de modo que garantisse a representatividade dos negros e negras. Para isso foram criadas Leis, destacamos a

Lei 12.711/12 que permite o acesso de estudantes em universidades públicas e particulares através das cotas raciais, e a Lei 10.639/03 que torna obrigatório o ensino de cultura afro-brasileira.

Gomes (2012) aborda a importância dos movimentos sociais para reformulação das leis educacionais, ressaltando que:

A educação tem merecido atenção especial das entidades negras como um direito paulatinamente conquistado por aqueles que lutam pela democracia, como uma possibilidade a mais de ascensão social, como aposta na produção de conhecimentos que valorizem o diálogo entre os diferentes sujeitos sociais e suas culturas e como espaço de formação de cidadãos que se posicionem contra toda e qualquer forma de discriminação. (p. 735).

No âmbito acadêmico, o Movimento Negro é considerado educador por conta de sistematizar saberes, conhecimentos ancestrais e científicos para questionar a realidade brasileira. A partir dessa sistematização, o Movimento Negro elaborou pedagogias para que a escola se torne um lugar de combate às desigualdades raciais. Vamos conhecer algumas destas proposições.

Pedagogia Interétnica

Proposição elaborada pelo Núcleo Cultural Afro-Brasileiro, em 1970. Propõe a utilização do teatro na prática pedagógica. A base dessa proposta foram as pesquisas sobre os impactos do racismo nos setores políticos e econômicos, bem como os impactos psicológicos.

Pedagogia Multirracial

Proposição elaborada por Maria Jose Lopes da Silva, professora, intelectual e militante do Movimento Negro no Rio de Janeiro, em 1980. Propõe uma perspectiva curricular, política e de conteúdos direcionados à alfabetização e à formação de professores. A base dessa proposta foi a percepção da necessidade de alteração da realidade educacional, que não problematiza a democracia racial.

Pedagogia Multirracial e Popular

Proposição do Núcleo de Estudos Negros do estado de Santa Catarina, no final dos anos 2000. Propõe a elaboração de um currículo escolar que atue como instrumento de superação das desigualdades raciais. A base dessa proposta são as

experiências de luta social da população negra, em correlação com outras lutas sociais travadas no Brasil - todas essas lutas parecem não ter espaço no currículo escolar

Pretagogia

Proposição elaborada por Sandra Petit, ativista e professora da Universidade Federal do Ceará (UFC), e Geranilde Costa, professora da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). Propõe um fazer educativo a partir de referenciais da história e da cultura africana e afro-brasileira. A base dessa proposta teórico-metodológica é a percepção da necessidade de construção de uma prática educacional que, de fato, contribua para que a escola se torne uma aliada na luta antirracista.

Assim como a Pedagogia foi influenciada pelo Movimento Negro, levando ao desenvolvimento de pesquisas e elaboração de propostas de intervenção, tanto no âmbito da formação de professores como na composição dos currículos, buscando atender a uma demanda social.

Nesse cenário, destacaremos uma personagem importantíssima na construção de uma Educação Antirracista aqui na Bahia, trata-se da Prof^a. Dra. Ana Célia Silva.

2.2.1 - Desconstruindo a discriminação do negro no livro didático

“Eu sempre quis ser anjo, mas nunca deixaram. Não existe anjo negro nos livros”
Ana Célia da Silva

Destaco esse capítulo para trazer as contribuições de uma das maiores referências em Educação Antirracista em nosso estado e no Brasil, a professora Ana Celia Silva, graduada em Pedagogia pela Universidade Federal da Bahia (1968), Mestrado em Educação pela Universidade Federal da Bahia (1988) e Doutorado em Educação pela Universidade Federal da Bahia (2001).

Considerada uma das precursoras na luta contra o racismo no Brasil, atuando tanto no âmbito acadêmico, quanto nos movimentos sociais, com destaque para o

Movimento Negro, constitui-se como referência essencial nos debates no campo das Relações Étnico-Raciais na Educação.

Destaco a obra “A representação social do negro no livro didático, o que mudou? porque mudou?” publicado pela EDUFBA em 2011, onde a autora relata as frustrações cultivadas na infância que serviram de fagulha para que ela se tornasse uma das principais estudiosas do racismo em publicações didáticas usadas nas escolas brasileiras. A observação do sistema educacional, especialmente na primeira infância, e o diálogo com professores de escolas públicas da Bahia a ajudaram a identificar os estereótipos atribuídos a pessoas negras e que atingem crianças pretas e pardas ainda nos bancos escolares e são alimentados para além da sala de aula.

No processo de ensino, observei atitudes discriminatórias de crianças de pele clara contra crianças de pele negra, bem como a ausência de reação por parte de algumas dessas últimas, que se mostravam envergonhadas por serem discriminadas, assim como as reações de outras às agressões, as quais não eram bem vistas pelos professores, que consideravam as discriminações como “coisas de crianças” (SILVA, 2011, p.15)

A trajetória na academia, sempre na UFBA (Universidade Federal na Bahia), onde foi da graduação ao doutorado em pedagogia, se mistura com os passos que deu como militante nas ruas.

Identifiquei a ideologia do embranquecimento, característica do Estado e de suas instituições, que expande através dos materiais pedagógicos uma imagem estereotipada negativa do negro e uma imagem estereotipada positiva do branco, tendendo a fazer com que o negro se rejeite, não se estime e procure aproximar-se em tudo do branco e dos seus valores, tidos como bons e perfeitos, estabelecendo dessa forma um processo de fuga de si próprio, dos seus valores e dos seus assemelhados étnicos. (SILVA, 2011, p.16)

Na década de 1970, ajudou a fundar o MNU (Movimento Negro Unificado) na Bahia e acompanhou a ascensão do bloco Ilê Aiyê, entidades que contribuíram na luta contra o racismo no estado, sobretudo em Salvador.

O Ilê Aiyê foi a primeira instituição que nos ensinou sobre o povo negro, o significado da nossa ancestralidade, ainda que não soubéssemos o nome. Eles foram nosso currículo educacional muito antes de o MNU chegar aqui [em Salvador] Silva (2021)

Vale destacar que as inquietações da professora Ana Célia, na década de 1970, são continuam motivando outros pesquisadores atualmente, uma busca de possibilidades para o enfretamento ao racismo no ambiente:

Percebi a dificuldade de interação entre os alunos de biótipo diferente e o isolamento das crianças de pele mais escura, como uma forma de livrar-se das agressões, dos apelidos, das brincadeiras humilhantes. Esse isolamento era fruto também da hierarquia estabelecida pelos alunos de pele mais clara, que os afastavam do seu grupo (SILVA, 2011, p.15)

A pesquisa que deu origem ao livro, foi concluída no ano de 1992 e publicada em 2001, com o título “Desconstruindo a discriminação do negro no livro didático”, pela EDUFBA. A correção dos estereótipos, um dos objetos internalizados na nossa consciência, que contribui para que a representação social dos objetos ou indivíduos não corresponda à sua percepção real, é um passo para a transformação dessa representação.

Os estereótipos expandem uma imagem idealizada e uma visão de mundo que podem vir a constituir-se, no imaginário da criança, em uma representação da sua realidade concreta. Isso porque para a criança a leitura é uma forma de representação do real, uma vez que o seu processo psíquico de identificação é mais forte do que no adulto. (AVERBUCK, 1983) Contudo, a leitura não é o único meio de formação da criança. O seu cotidiano, as suas experiências, a sua cultura podem ser fatores de resistência às ideologias veiculadas nos textos dos livros didáticos. Neste sentido, “[...] a escola pode não só reproduzir a lógica da dominação, como também a da resistência e da luta social [...]” 23 (GIROUX, 1983, p. 58), o que justifica investimentos na formação do professor.

Os ventos democráticos que sopraram na década de 1980 para a Pedagogia, também trouxeram novas perspectivas para a Educação Física, distanciando dos fatores biologicistas e aproximando das ciências humanas.

3. TRANSFORMAÇÕES DA ÁREA DE CONHECIMENTO DA EDUCAÇÃO FÍSICA: PERSPECTIVAS DEMOCRÁTICAS E OS DIÁLOGOS COM A QUESTÃO RACIAL.

Dentro dos movimentos renovadores da Educação, precisamos destacar a “crise” da Educação Física na década de 1990, até então a área de conhecimento tinha uma missão de “formação do homem necessário para a sociedade capitalista” (SOARES, 2001; SOARES et. al., 1992) ou seja a Educação Física do século XX se especializou no desenvolvimento da aptidão física buscando o máximo de rendimento. Esse movimento privilegiava a “homogeneização” dos grupos, tendo as características anátomo-fisiológicas como parâmetros para seleção, discriminação e exclusão do processo educativo, em outras palavras os mais “aptos” fisicamente tinha espaços garantido nas práticas esportivas competitivas enquanto que os demais eram aliçados do processo.

A “crise” traz para a discussão observação do corpo sob fundamentos teóricos das ciências humanas e sociais, nesta perspectiva, a disciplina Educação Física deveria ocupar um novo lugar na escola: ser local de conhecimento também intelectual. Para tanto, o campo acadêmico e profissional deveria ser considerado pela sua constituição multidisciplinar dada a natureza sócio-histórica do corpo e, por conseguinte, a “educação do corpo” deveria ultrapassar o determinismo biológico, considerando os aspectos positivos das diferenças físicas/corporais inseridas em contextos históricos e culturais (DAOLIO, 1998a).

Segundo Maldonado; Neira (2022) especificamente na área de Educação Física os períodos de redemocratização do Brasil, e após, de intensificação de políticas neoliberais, foram férteis para a emergência de teorias curriculares que problematizam as injustiças sociais, sendo intituladas crítico-superadora (SOARES et al., 1992), crítico-emancipatória (KUNZ, 2006) e cultural (NEIRA; NUNES, 2006; NEIRA; NUNES, 2009; NEIRA, 2019). É nesse contexto que o tema da justiça social ganha relevância e se torna palco de diversas experiências político-pedagógicas de docentes do componente curricular que lecionam para as crianças e jovens nas escolas brasileiras e se inspiram nessas propostas para sistematizar suas ações didáticas

Neira (2008), ao defender uma perspectiva multicultural da Educação Física, aponta a importância do reconhecimento e valorização das diferenças, superando processos discriminatórios de opressão e injustiça social nas práticas pedagógicas organizadas pelos professores e pelas professoras do componente, principalmente quando eles e elas assumem o compromisso de formar identidades culturais democráticas em sintonia com a diversidade cultural da sociedade, rompendo com a tradição da área elitista, excludente, classificatória e monocultural, além de assumir os princípios pedagógicos de inclusão, diálogo, reconhecimento, diferença e equidade.

3.1 A lei 10.639/03 e a Educação Física

Em 2003, um importante avanço na luta antirracista no país foi concretizado: a implementação da lei 10.639/03. A legislação tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas, sendo elas públicas ou particulares, desde o ensino fundamental até o ensino médio.

Em 2004, ano seguinte à implementação da lei, foram adotadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e cultura Afro-brasileira e Africana. Essa resolução foi o desdobramento do Parecer CNE/CP 3/2004. As diretrizes estipulam as formas de como as questões étnico-raciais devem ser trabalhadas na educação. Uma das orientações é reconhecer e valorizar as raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, europeias e asiáticas.

Em 2008, a legislação avançou para fortalecer a luta indígena, com a aprovação da Lei 11.645, que uniu, ampliou e trouxe à tona as lutas das comunidades negras e indígenas no contexto educacional brasileiro. Apesar dos progressos e das discussões em curso, vale ressaltar que desafios significativos ainda persistem. Um deles é a presença de grupos e indivíduos que mantêm a ideia de hierarquia entre diferentes identidades étnico-raciais e origens, ou seja, pessoas que ainda possuem um certo nível de desconhecimento em relação à verdadeira composição da sociedade e, acima de tudo, em relação às contribuições dos diversos grupos étnico-raciais na história do Brasil.

Vale ressaltar que as diretrizes norteadas pela Lei, não dizem respeito apenas ao povo negro, ela estabelece condições para que ocorra o diálogo entre várias etnias, proporcionando dessa forma o reconhecimento e a importância da influência africana na formação do povo brasileiro, desmistificando estereótipos e mitos criados ao longo da história com a finalidade de “naturalizar” práticas de racismo e discriminação.

O estudo sobre a história e cultura Afro-Brasileira e Africana também insere um processo de luta pela superação do racismo e desigualdade, assim as ações pedagógicas diante da lei nº 10.639/03 podem ser vistas como uma medida para impulsionar grandes mudanças na escola e na sociedade, fazendo com que alunos/as respeitem as diferenças, e o mais importante, se posicionem contra qualquer tipo de violência contra sua cultura, religião, costumes, condição social, etc.

Embora a Lei preveja um foco nos eixos de história, literatura e artes, sua aplicação deve ser efetivada em todas as disciplinas do currículo escolar, inclusive na Educação Física. Essa transversalidade do tema, preconiza que em todas as áreas esse tema seja inserido no currículo, seja em forma de unidades temáticas que abordem o tema, assim como metodologias e avaliações que considerem as diferenças étnicas.

No ambiente escolar, é possível notar a “dificuldade” para a aplicação da Lei, podemos citar como entraves a falta de formação inicial ou continuada para os docentes trabalhar a temática, gerando assim o desconhecimento e despreparo de alguns professores sobre o assunto; a falta de interesse da própria escola em levar adiante o estudo do tema; e o pouco material de apoio existente. Todavia, observando com uma maior criticidade, percebe-se que personagens (docentes e gestores), conhecem a existência da Lei, mas seu envolvimento no que tange a sua aplicação é insuficiente.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, traz que:

O sucesso das políticas públicas de Estado, institucionais e pedagógicas, visando as reparações, reconhecimento e valorização da identidade, da cultura e da história dos negros depende necessariamente de condições físicas, materiais, intelectuais e afetivas favoráveis para o ensino e para aprendizagens; em outras palavras, todos os alunos negros e não negros, bem como seus professores, precisam sentir-se valorizados e apoiados. (BRASIL, 2007, p.29)

Gomes e Jesus (2013), em pesquisa de âmbito nacional, apontam que o conhecimento dos docentes e gestores sobre relações étnico-raciais e História da África ainda é superficial. Entendem que a temática tem a finalidade de sensibilizar, alertar e informar os discentes quanto à dimensão ética do racismo, o que deriva do pouco conhecimento acerca da História da África e sua relação com a história afro-brasileira, de modo a não valorizar essa cultura e a ignorar a sua representatividade.

Essa limitação pode se dá pela formação inicial deficiente ou a falta de formação continuada que limita a capacidade de atuação profissional, ou mesmo por opção do docente. É possível encontrar professores que não se “identificam com a causa”, acreditam que tem um “conteúdo para dar conta” e não podem perder tempo com outros assuntos.

[...] o caráter emancipatório da obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana tem contribuído para legitimar as práticas pedagógicas antirracistas já existentes, instiga a construção de novas práticas, explicita divergências, desvela imaginários racistas presentes no cotidiano escolar e traz novos desafios para a gestão dos sistemas de ensino, para as escolas, para os educadores, para a formação inicial e continuada de professores e para a política educacional. (Gomes & Jesus, 2013, p.32).

Por outro lado, os marcos legais para educação das relações étnico-raciais direcionam para mudanças nas matrizes curriculares dos cursos de formação inicial dos professores, sem as quais seriam reforçados os estereótipos do ideal do branqueamento e o mito da democracia racial, presentes nas práticas pedagógicas, silenciando as práticas racistas nas escolas. “Cumprir a Lei é, pois, responsabilidade de todos e não apenas do professor em sala de aula. Exige-se, assim, um comprometimento solidário dos vários elos do sistema de ensino brasileiro [...]” (Brasil, 2005, p.26).

Entendemos que não basta somente responsabilizar o docente pela não aplicabilidade da Lei, se faz necessário um esforço coletivo para o envolvimento de toda comunidade escolar e seu entorno, visto que o Racismo não **É** um problema da escola, ele também **ESTÁ na escola**, e não podemos fechar os olhos para ele e nem transferir a responsabilidade de combatê-lo.

Acreditamos que a Educação Física, enquanto componente curricular obrigatório na Educação Básica e assim atingido pela Lei, possui elementos, dentro

de sua grade de conteúdos, capazes de abordar a educação para as relações étnicas raciais, numa perspectiva de superação de estereótipos e mitos construídos ao longo da história, no que se refere aos componentes da cultura corporal.

A Educação Física, ao longo da sua história, apresentar-se vinculada a valores como a competição e o selecionamento (SOUZA, 2009), e também por contribuir para a criação de uma população racial e socialmente identificada com a camada branca, através da promoção de um corpo saudável, robusto e harmonioso organicamente (CASTELLANI FILHO, 1988). Ou nas palavras do próprio autor:

Porém, ao assim fazê-la, em oposição ao corpo relapso, flácido e doentio do indivíduo colonial, acabou contribuindo para que este corpo, eleito representante de uma classe e de uma raça, servisse para incentivar o racismo e os preconceitos sociais a eles ligados. (CASTELLANI FILHO, 1988, p. 33)

Sob a perspectiva da Educação Física como prática social, várias terminologias apareceram entre elas destaque para: “cultura corporal de movimento”, “cultura de movimento”, “cultura corporal”. Nesta pesquisa adotamos o conceito “cultura corporal de movimento”, por entender que a Educação Física é tratada como uma área que lida com as expressões corporais que o homem produziu socialmente e foi historicamente acumulado pela humanidade. Necessitam ser transmitidos, difundidos, vivenciados e ressignificados entre gerações para que se alcance o processo de humanização. Destaca-se como elementos da cultura corporal de movimento os jogos, os esportes, as danças, as lutas, a ginástica, o teatro, o malabarismo, as mímicas, as brincadeiras, entre outros. Todavia, esse conceito aqui adotado, não será o foco da pesquisa, apenas uma referência para a construção de estratégias que resultem na abordagem principal que é a Educação para as Relações Étnicas Raciais (ERER)

Diante do exposto até o momento, acredita-se ser legítima, necessária e urgente a Educação Física abordar nas suas aulas, conteúdos, métodos, materiais com uma perspectiva antirracista, contribuindo para o cumprimento da Lei 10.639/03 e o mais importante, se transformando em mais uma ferramenta na luta por uma escola sem discriminação e em consequência uma sociedade que respeita as diferenças.

3.2.- Estética afirmativa: Corpo negro e Educação Física

Traremos para contribuir com a pesquisa, uma personagem importante na luta por uma Educação Antirracista: A professora de Educação Física Ivanilde Guedes de Matos⁷. A mesma assim se define: “Mulher negra, filha do pedreiro Sr. Guedes e da costureira D. Ivone natural da Zona Leste da cidade de São Paulo. Prefiro ser chamada por Ivy Guedes. Atuo no campo das políticas de Ações Afirmativas pelo viés da Estética Negra. Sou professora Titular na Universidade Estadual de Feira de Santana- Sertão da Ba (Uefs)”.

Autora do Livro Estética Afirmativa-corpo negro e Educação Física⁸. Fundadora do coletivo Marcha do Empoderamento Crespo de Salvador.

Segundo a autora, a branquura como padrão universal de beleza sempre foi um importante aspecto de preservação de valores racistas de uma sociedade em que a cor da pele ainda é fator determinante para definir quem vive e quem morre, quem tem melhores condições de vida e quem vai amargar o peso da desigualdade racial por meio de violência, desemprego, falta de assistência, miséria e fome. A percepção dos movimentos negros acerca da importância da estética como forma de fortalecimento da identidade negra sempre foi reivindicada e se transformou em mote para mobilizações históricas, como o movimento Black Power, nos Estados Unidos, que colocou os cabelos crespos no centro da beleza e contribuiu para uma afirmação positiva da pele preta e parda em diversos pontos do mundo.

Embora os traços representativos da negritude ainda influenciem significativamente na forma como pessoas negras são tratadas institucionalmente e nos convívios cotidianos, há alguns anos que é perceptível um movimento contestatório sobre o padrão de beleza e seus significados, principalmente, entre jovens. A este movimento crescente, a professora do curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), integrante do Coletivo de Docentes Negros, Negras e Negres da UEFS e uma das fundadoras

⁷ <https://www.escavador.com/sobre/3937739/ivanilde-guedes-de-mattos>

⁸ <https://editoraappris.com.br/produto/estetica-afirmativa-corpo-negro-e-educacao-fisica/>

da Marcha pelo Empoderamento Crespo, em Salvador, Ivy Guedes, chama de Estética Afirmativa que é também o título do seu livro ESTÉTICA AFIRMATIVA – Corpo Negro e Educação Física.

Como explica a autora, o livro é o resultado de uma investigação feita com um grupo de estudantes da escola pública, cujo foco se dá na relação do ensino da Educação Física e a corporeidade negra. A produção reflete sobre a estética como uma das ferramentas de luta para o empoderamento da juventude negra. Aproveitamos a oportunidade para conversar com a professora Ivy Guedes sobre o impacto da estética da vida de meninas e mulheres negras, principalmente para as mais retintas: É secular o estigma que recai sobre as mulheres negras crespos e retintas. Silenciadas é anulada como humanas. Desde que foram trazidas para as Américas como " mercadoria. Portanto como ' coisas' nunca foram tratadas em equidade com as mulheres brancas. A estética afirmativa é um movimento revolucionário que inverte o estigma em estima. O empoderamento Crespo trouxe para as mulheres a auto estima a partir da transição capilar e esse movimento criou redes que ressignificaram a negritude e o afrontamento a um padrão estético branco heteronormativo”, afirma.

A professora destaca a importância das redes sociais na formação de redes de apoio que contribuíram na construção de coletivos negras e uniram mulheres que buscavam a transição capilar como forma de resgate das identidades negras e, a partir de então, agregou outras pautas: “O Coletivo Marcha de Empoderamento Crespo surgiu das comunidades de transição capilar do Facebook e reuniu centenas de mulheres em inúmeros eventos de formação política pelo viés da estética. E desde então, o empoderamento crespo reverbera em diferentes pautas em que o Racismo de alguma forma é atravessado a exemplo no feminicídio, transfobia na homofobia”.

Embora a pesquisa do livro esteja centrada na escola pública, a professora Ivy faz uma análise sobre o movimento da estética afirmativa também no Ensino Superior, principalmente, entre as jovens negras: “No ensino superior o que tenho observado é a dificuldade em romper com a branquitude. A universidade não foi criada para negros, negras e negres terem assento nos cursos. Para esses corpos o 'lugar' é da subalternidade o servir e a submissão. Com as Políticas de Ações Afirmativas nós o movimento social negro furamos a bolha. É sem dúvida uma grande vitória a

implementação das cotas Raciais. No entanto, é dentro desse espaço que avalio uma dura realidade para esses corpos, que vivenciam continuamente práticas Racistas. E não consigo identificar a potência do Empoderamento negro oriundo por parte dos discentes que devem se fortalecer para enfrentar essa luta”.

Os impactos do racismo na universidade resultam em quadros de adoecimento que precisam ser enfrentados para que avanços mais significativos sejam alcançados na luta contra a desigualdade racial e de gênero: “São muitos os adoecimentos no ambiente acadêmico, a universidade precisa se reorganizar no sentido do acolhimento, formação política e de estratégias de engajamento dessa negritude que é tão presente mas que trava duras lutas individuais de permanência e sobrevivência na universidade. Destaco que, hoje mais do que antes, o Empoderamento da juventude ampliou a ocupação desses corpos em diferentes setores, mas é sabido que ainda vivemos numa sociedade racista que insiste em não nos enxergar e oportunizar que possamos viver em equidade e com justiça de direitos”, conclui a professora Ivy Guedes.

O livro *Estética afirmativa: corpo negro e Educação Física* é o resultado de uma investigação feita com um grupo de estudantes da escola pública, cujo foco se dá na relação do ensino da Educação Física e a corporeidade negra. Ivy procurou, na história da Educação Física, identificar como se deram os processos disciplinares sobre esse corpo. Inicialmente, devido à ausência de fontes que tratassem dessa temática no campo da Educação Física, percebeu a necessidade de tratar vários aspectos que envolvem o corpo negro na escola. Portanto, enveredou por caminhos que a levaram a análise não apenas a identificação corporal dos adolescentes com a disciplina Educação Física, como também a trajetória das populações negras no século XIX e todas as marcas que a escravidão perpetuou esses corpos.

A autora continua afirmando que foi nesse contexto que surgiram as ideologias que vigiaram e puniram com mais rigor os corpos negros. Assim, as práticas de novos hábitos de saúde e a busca por um modelo de sociedade perfeita levaram o Estado à aplicação de normas de regularização dos espaços e das famílias, conduzindo a sociedade para o afastamento de tudo que não fosse branco e belo. Os desdobramentos sociais, culturais e econômicos desse período refletem na diáspora por meio de marcas que atravessam os corpos negros como o “estereótipo” e o

“estigma”. E foi abordando estereótipos e o estigma criados sobre as famílias negras que decidiu seus estudos, ou seja, nessas marcas sobre as quais recaem, como sentenças sociais, os jovens adolescentes negros. Permite conhecê-los nas suas subjetividades e realidades distintas, contrariando inclusive muitas hipóteses pré concebidas socialmente.

Guedes (2009), ratifica que se trata, então, de uma discussão inovadora e, como tudo que é novo, está corrigida ao aperfeiçoamento e às críticas. Diante disso, esse tema gerou a necessidade de aprofundar questões muito caras acerca de outro olhar para a estética afirmativa dessa juventude negra que se reinventa, ousando desafios estéticos em constante diálogo com novas tecnologias, promovendo o que se pode denominar de geração tombamento. Uma revolução está em curso e a estética é uma das ferramentas de luta para o empoderamento da juventude negra. esse tema gerou a necessidade de aprofundar questões muito caras acerca de outro olhar para a estética afirmativa dessa juventude negra que se reinventa, ousando desafios estéticos em constante diálogo com as novas tecnologias, promovendo o que se pode denominar de geração tombamento. Uma revolução está em curso e a estética é uma das ferramentas de luta para o empoderamento da juventude negra. esse tema gerou a necessidade de aprofundar questões muito caras acerca de outro olhar para a estética afirmativa dessa juventude negra que se reinventa, ousando desafios estéticos em constante diálogo com as novas tecnologias, promovendo o que se pode denominar de geração tombamento. Uma revolução está em curso e a estética é uma das ferramentas de luta para o empoderamento da juventude negra.

Assim como as professoras Ivy Guedes e Ana Célia Silva, citadas acima, diversos outros educadores se debruçaram para pesquisar sobre as possibilidades de uma Educação Antirracista, e também buscar “soluções” para o trabalho pedagógico, seja em sala de aula, na quadra de esportes, no pátio da escola ou nas ruas, não importa, qualquer lugar pode se tornar um espaço pedagógico para disseminação de conhecimento e fortalecimento da luta antirracista. No próximo capítulo, destacaremos mais algumas contribuições.

3.3 A Educação para as Relações Étnico Raciais e a Educação Física

No capítulo anterior observamos que a lei 10.639/03, publicada, em 2009, traz o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação das Relações Étnico-Raciais e Para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana como norteador aos sistemas de ensino e às instituições escolares, assegurando e dando suporte à aplicação da referida lei. Do mesmo modo, aponta princípios norteadores que devem ser desenvolvidos e desdobrados para conduzir as ações dos sistemas e estabelecimentos de ensino, apresentando, entre outras determinações, o Ensino de História e Cultura Afro Brasileira e Africana, como conteúdo de disciplinas, particularmente em Educação Artística, Literatura e História do Brasil, sem prejuízo dos demais.

É fato que a lei 10.639/03, que foi aprovada em 1999 e promulgada em janeiro de 2003, pelo presidente Lula, em cumprimento de uma promessa de campanha, mesmo depois de 20 anos não é respeitada na grande maioria das instituições de ensino no Brasil, como aponta a pesquisa dos Institutos Alana e Geledés⁹ que mostrou que sete em cada dez secretarias municipais de Educação realizam pouca ou nenhuma ação para implementar a legislação, que busca fomentar a educação antirracista nas escolas; só 29% delas têm ações consistentes e perenes para garantir a implementação da lei . Na contra mão, o que percebemos, a grosso modo, é um currículo com bases eurocêntricas e uma negação da epistemologia de matriz africana, algo conflitante e contraditório, dentro da escola pública, visto que a mesma possui um alunado predominantemente negro.

Acredita-se que seja de suma importância, para todos os alunos da escola, conhecer os personagens negros(as) com representatividade positiva, não apenas aquelas baseadas no discurso do colonizador. Tendo em vista que o etnocentrismo e a colonialidade do poder, conforme Quijano (2005 apud OLIVEIRA; CANDAU, 2010, p. 19): “Opera-se, então, a naturalização do imaginário do invasor europeu, a subalternização epistêmica do outro não-europeu e a própria negação e o esquecimento de processos históricos não europeus”. Inviabiliza a história do negro a

⁹ Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/sete-em-cada-dez-cidades-ignoram-lei-que-combate-racismo-nas-escolas-diz-pesquisa/>- acessado em 13/02/2024

partir do imaginário do colonizador que apresenta os negros em posição de subalternidade e inferiorização, negando, dessa forma, os alunos negros a representação em posições superiores ou equidade no currículo escolar.

Essa inclusão legal, permite aos professores de diversas disciplinas problematizarem a visão etnocêntrica, a educação, como também refletirem sobre estratégias para implementarem a educação antirracista nas suas aulas, inclusive nas aulas de Educação Física. Assim como nas outras disciplinas do currículo escolar, também deve desenvolver atividades tomando a lei como referência e fazendo valer o respeito a diversidade, inclusão e o combate ao racismo, entendemos que os eixos temáticos como Esporte, Ginástica, Jogos e Brincadeiras, Lutas, Dança entre outras atividades, pertinentes aos elementos da cultura corporal do movimento, oferecem possibilidades de serem trabalhados numa perspectiva antirracista.

Uma coletânea de artigos publicados pelo Ministério da Educação (MEC), intitulada de “Educação Antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal nº10.639/03”, debate a racialização na sociedade com o racismo estrutural e a negação epistêmica da história e cultura afro-brasileira devido ao etnocentrismo, assim como a ausência da discussão sobre a diversidade étnico-racial no planejamento escolar (MEC/SECAD, 2005). Nesse contexto, a Lei foi empregada objetivando a valorização da cultura afro-brasileira no processo educativo, o que oportuniza uma infinidade de assuntos para serem debatidos em diversas disciplinas. Porém, a realidade é diferente: os conteúdos frequentemente não são abordados, e quando são tratados, ocorrem de forma fragmentada, geralmente em datas comemorativas, mas não de forma sistematizada na sala de aula (FRAGA; FERNANDES, 2016).

A produção acadêmica que estuda a interação da Educação para as Relações Étnicas Raciais e a Educação Física no ambiente escolar, apresenta uma variedade de pesquisas Brasil a fora, que abordam desde da composição de currículo (SANCHES NETO; VENÂNCIO, 2020) até o trato de alguns conteúdos como a capoeira (POMIN; CAFÉ, 2020).

No estudo publicado por GUEDES, et al (2023) intitulado “Práticas antirracistas nas aulas de educação física: Um breve panorama” foi realizado uma pesquisa, na plataforma Google Acadêmico, por publicações que tratassem da educação antirracista. “Educação Física”, “Racismo”, “Educação Antirracista”, e “Cultura afro-

brasileira” foram as palavras-chave utilizadas na busca. Foram feitas várias combinações diferentes entre elas, e ficou delimitado o recorte temporal de obras a partir de 2020. O levantamento buscou selecionar obras que atendessem a seguinte temática: “Como a Educação Antirracista está presente nas aulas de Educação Física?”

Quadro 01

TIPO DE OBRA / ANO DE PUBLICAÇÃO	TÍTULO DO ESTUDO / AUTORES	OBJETIVO DO ESTUDO	DE QUE FORMA A EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA ESTA PRESENTE NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR?
Artigo / 2021	A INFLUÊNCIA DAS MEDIDAS ESCOLARES ANTIRRACISTAS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA E NA ESCOLA / Juliano da Silva Leal Franciele Roos da Silva Ilha	O objetivo deste estudo é discutir a relação entre medidas tomadas pela escola em combate ao racismo e suas influências no cotidiano escolar e nas aulas de Educação Física.	A partir de projetos escolares que envolvam os professores, alunos e dirigentes da escola para discutir o racismo, além das intervenções dos professores nas aulas em situações de racismo pelos alunos.
Artigo / 2020	O PAPEL DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO COMBATE À DISCRIMINAÇÃO RACIAL NA ESCOLA COM A PARCERIA DO PSICÓLOGO / Nádia Raquel Dutra de Morais Mourão Elias Barboza de Melo Anibal Monteiro de Magalhães-Neto	Demonstrar que a prática do esporte, por meio da Educação Física e de um auxílio psicológico, se apresenta como possíveis caminhos a serem utilizados pela escola e pela sociedade para se discutir a discriminação no ambiente escolar, podendo ser ainda uma forma de valorização do aluno discriminado.	Por meio da ação de estratégias que envolvem metodologias interdisciplinares e multiprofissionais, e com a visão de que a prática do esporte pode ser capaz de transformar padrões e pensamentos. Também nas atividades que aproximam os alunos e permitem momentos de integração, sociabilidade e reflexão das situações conflituosas vigentes entre os alunos; e reduzindo a preponderância de bullying nas escolas.
Artigo / 2020	Por uma educação física Antirracista / Carolina Cristina dos Santos Nobrega	Objetivo de discutir a contribuição dos docentes negros de educação física no exercício da pedagogia da diversidade, problematizando as questões da identidade afro-brasileira nas escolas.	Através do processo de incorporação da corporeidade negra e a manifestação do cabelo, a partir dos saberes identitários, políticos e estéticos/corpóreos nas aulas de educação física, aproximando os discentes da temática étnico-racial; questionando o posicionamento das outras disciplinas em relação ao tema.

TIPO DE OBRA / ANO DE PUBLICAÇÃO	TÍTULO DO ESTUDO / AUTORES	OBJETVO DO ESTUDO	DE QUE FORMA A EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA ESTA PRESENTE NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR?
Artigo / 2020	O/A PROFESSOR/A DE EDUCAÇÃO FÍSICA EA LEI Nº 10.639/2003: (IN) VISIBILIDADES NA PRÁTICA PEDAGÓGICA / Daniele dos Santos Piassarollo Leila Cristiane Finoqueto	identificar possíveis impactos da Lei n. 10.639/2003 nas práticas pedagógicas de quatro professores/as de Educação Física da rede municipal de ensino do Rio Grande/RS.	A partir de apresentações escolares, com o viés da cultura africana, utilizando-se das danças, dos jogos, das lutas, e pesquisas sobre atletas negros.
Artigo / 2020	Educação para as relações étnico-raciais na Educação Física Para além da Capoeira / Fabiana Pomin Lucas Santos Café	Promover a presença da Educação Física nas discussões sobre a EREER (Educação para relações étnico-raciais). Saber se os professores de Educação Física que usam a capoeira fazem a partir de perspectiva emancipatória ou estereotipada.	Através de atividades relacionadas com a Lei 10.639, mediante a jogos, brincadeiras, lutas, e dança, individualmente ou em projetos multidisciplinares.
Artigo / 2020	Cultura africana numa perspectiva interdisciplinar: Educação Física na cultura corporal de movimento / Rubens de Sousa Bravalheri	Descrever uma atividade proposta em um Colégio da rede particular na cidade de Curitiba (PR), de caráter qualitativo, que se utilizou do tema Afrofuturismo para despertar o interesse pelo passado e provocar uma projeção futura sobre a cultura negra como um todo.	Através da dança, como conteúdo a ser vivido através da experiência corporal, no sentido de construção e criação, além de trabalho inter e multidisciplinar para que os alunos possam vivenciar esse conteúdo em diferentes perspectivas.

Fonte: GUEDES et al (2023, p.49)

GUEDES et al (2023) traz uma análise de cada obra catalogada, apresentando suas principais constatações e contribuições na busca por uma Educação Antirracista tendo a Educação Física como agente de transformação, vejamos:

Na obra de Leal e Ilha (2021), observa-se que as escolas públicas que atendem à população periférica e que têm alunos majoritariamente negros, vivem diariamente situações de racismos e preconceitos, situações de apelidos ou colegas recusando-se a trabalhar com outro colega por ser negro. Em Mourão e Neto (2020) também é relatado que é comum as situações de racismo nas aulas de Educação Física,

apresentando-se também através dos apelidos, sendo preciso sempre que o professor tome uma atitude e faça uma intervenção. Percebe-se que a cultura da prevenção da problemática ainda não é presente nas escolas.

Os autores Mourão, Melo e Neto (2020) relatam que os alunos apresentam uma resistência quando ocorre alguma situação nas aulas, no entanto, enquanto não acontece uma reflexão seguida de práticas sociais, como pedidos de desculpas, reconciliações de amizade e um ambiente de respeito mútuo, não se dá prosseguimento nas aulas, ou seja, a aula só tem continuidade quando os “conflitos” são dirimidos.

No artigo de Piassarollo e Finoqueto (2020), observou-se que os professores geralmente não possuem a temática incluída no seu cronograma efetivamente como um conteúdo da disciplina, apenas abordam sobre o tema em algumas atividades ou em datas comemorativas, nos quais surge uma oportunidade de destacar algum elemento da cultura africana. Portanto, para os autores, fica perceptível que requer medidas e iniciativas da Educação Física em relação à inclusão da educação antirracista através de projetos inter e multidisciplinares voltados à valorização da cultura africana, como: apresentações com o viés da cultura africana, das danças, dos jogos, das lutas e a pesquisas sobre atletas negros. Assim como há muitos alunos negros, identifica-se também muitos professores negros nas escolas públicas.

No texto de Nobrega (2020), os professores de Educação Física, todos negros, reconhecem sua negritude e a importância da educação antirracista em debater a diversidade étnico-racial na escola abordando temáticas como corporeidade negra e a manipulação do cabelo na cultura corporal, desconstruindo estereótipos eurocêntricos. Tudo tem dois lados, e apesar de ter professores que lutam para trabalhar a temática da História Afro-brasileira nas aulas, existem também professores que consideram os apelidos e ataques racistas como brincadeiras, o que caracteriza o racismo velado. Desse modo, segundo o autor, é necessária a inclusão do debate da história e da cultura africana e afro-brasileira no currículo escolar para abordar o racismo que inviabiliza a representação positiva do negro na escola e a reflexão sobre os apelidos negativos que os alunos negros recebem no ambiente escolar.

Para Mourão, Melo e Neto (2020), o combate ao racismo nas escolas não é um trabalho apenas da Educação Física, mas também dos coordenadores, diretores,

psicólogos e demais servidores. Na realidade, o racismo é um assunto de responsabilidade de todos e não unicamente da escola ou da família. Ensinar a respeitar a todos torna a luta pela igualdade racial mais forte, desconstruindo o mito da democracia racial e ampliando, assim, a discussão além dos muros escolares. De acordo com os autores, a Educação Física tem um papel fundamental em relação ao combate ao racismo na escola, desde a organização do planejamento do currículo, até a execução do mesmo, de maneira que propicie a visão de todo o contexto que pode ser gerado e debatido pela Educação Física, tal como valores que abordem o combate à discriminação racial e a problemática da convivência com a diversidade étnico-racial presente na escola.

O estudo de Pomin e Café (2020) evidencia a importância de a Educação Física abordar tais temáticas, visto que faz a conexão de assuntos, como o conceito de racismo e como combatê-lo a partir das primeiras experiências corporais conscientes da criança na escola, mediada pelo professor. Portanto, deve-se levar em consideração a cultura interiorizada na criança vivenciada no ambiente familiar, sendo que esse corpo já chega na escola com uma visão eurocentrada. Nesse sentido, a Educação Física promove a reflexão crítica sobre a diversidade étnico-racial e o racismo confrontando os paradigmas sociais.

No texto de Piassarollo e Finoqueto (2020), assim como nos demais artigos apresentados na tabela, discute-se a alteração da Lei nº 9.394, de dezembro de 1996 para a Lei nº 10.639/2003, que inclui nas redes de ensino públicas ou privadas nos níveis de ensino fundamental e médio a obrigatoriedade da temática História e cultura afro-brasileira. Fica evidente que os professores na sua maioria têm conhecimento sobre a Lei, mas, na sua formação acadêmica, geralmente não são ofertados pela instituição ou pelo governo cursos a respeito das relações étnicas-raciais. Dessa forma, por iniciativa própria, os professores buscam cursos e orientações para incluírem a Lei nº 10.639/2003 nas aulas de Educação Física.

Nobrega (2020) destaca a questão das aulas de Educação Física contribuírem na construção da identidade afro-brasileira dos alunos. Muitos alunos se sentem representados pelas professoras negras, que reconhecem sua negritude. Essas professoras buscaram uma formação em relações étnicas-raciais, já visando debaterem a diversidade racial brasileira, e desenvolver nas aulas uma educação

antirracista, com isso almejando o reconhecimento da identidade negra dos/das seus/suas alunos/as.

Leal e Ilha (2021) trazem no seu estudo que a educação antirracista vai estar presente a partir de discussões sobre as questões étnicas-raciais, realização de palestras, confecção de cartazes e conversas sobre o tema. Nota-se que é interessante que a temática seja abordada em conjunto de forma multidisciplinar, de modo que os professores de todas as disciplinas abordem o assunto, mas cada professor escolha sua metodologia. Então, o aluno aprende a partir da visão e direcionamento de todas/os as/os professoras/es, para depois assimilar o conteúdo a fim de utilizar e empregar esse conhecimento adquirido na sua realidade.

Nos estudos de Leal e Ilha (2021), Nobrega (2020), Piassarollo e Finoqueto (2020), Pomin e Café (2020) e Bravalheri (2020), aconselha-se trabalhar com projetos multidisciplinares e interdisciplinares, com outras disciplinas das diversas áreas de conhecimento, para a inclusão do Ensino da História e cultura afro-brasileira e africana no ambiente escolar. Assim, a Educação Física por meio dos conteúdos da Cultura Corporal, como: jogos, danças, ginástica e lutas implementaria a educação antirracista na sua aula, tendo em vista a valorização da cultura africana e o combate ao racismo na escola.

Mourão, Melo e Neto (2020) retratam a contribuição da gincana na implementação da educação antirracista, onde os alunos interagem entre si, dependendo uns dos outros para concluírem as atividades, deixando evidente que todos são importantes e capazes na finalização e conclusão das provas. As características fenotípicas não influenciam no resultado da atividade, e sim a cooperação de todos, bem como dos pais, professores, vizinhos e empresários locais, para a produção de provas e prêmios. Essa atividade tem por objetivo desconstruir a perspectiva de inferioridade do negro, buscando o respeito e a igualdade dos sujeitos.

O estudo de Nobrega (2020) discute a capoeira no recreio e na reunião com os pais para a valorização da cultura africana e afro-brasileira. Foi discorrido também sobre o cabelo, e o resultado dessa discussão foi a maior parte dos alunos assumindo seus cabelos naturais (cacheados e crespos), desconstruindo a beleza etnocêntrica dos brancos, imposta pela colonialidade que ridiculariza o formato do cabelo dos

negros. Esses alunos reconheceram sua identidade negra, debatendo sobre imaginários pedagógicos racistas.

Assim, prosseguindo o pensamento de Nobrega (2020), a Educação Física promoveu o debate da cultura negra de forma multidisciplinar, em parceria com outras disciplinas, como Artes e História, através de oficinas pedagógicas com conteúdo curriculares como a dança e outros elementos da cultura corporal, tendo como objetivo debater em sala de aula temas relacionados ao corpo e à identidade dos alunos. Dessa maneira, aconteceu um debate sobre o combate ao racismo, no qual os alunos conheceram a história de resistência afro-brasileira e a importância da valorização da cultura negra.

A obra de Pomin e Café (2020) cita autores que discutem as relações étnico-raciais incluindo a história e a cultura africana através das danças regionais, dos jogos, capoeira, maculelê, samba de roda e futebol. Além disso, a partir de um questionário, constatou-se que a maioria dos professores do colégio se declarou branca, mas que a falta de professores negros não os impedia de abordar em conteúdos que debatem a história e cultura africana na escola, mediante os conteúdos de jogos, lutas e capoeira, com o objetivo de valorizar a diversidade étnico-racial, e superar a percepção de inferioridade do negro como povo escravizado, formando um aluno crítico para discutir questões sociais e combater o racismo existente na sociedade.

Bravalheri (2020) expõe a discussão em sala de aula sobre a cultura africana a partir do tema afrofuturismo, que tem como objetivo fazer com que os alunos reconheçam a cultura africana presente na cultura brasileira através da valorização da literatura, música, moda e filmes. Nesse projeto, cada disciplina tinha uma temática a ser trabalhada, já determinada por trimestre: a Educação Física, ginástica; a História: povos africanos; a Sociologia: raça, etnia, racismo biológico x racismo social

Dessa forma, segundo Bravalheri (2020), os projetos interdisciplinares são importantes para aumentar o interesse e a curiosidade do aluno sobre a cultura africana, pois abordam as temáticas que envolvem a educação antirracista e ensinam os alunos a identificarem o racismo para combatê-lo, como também a reconhecer e valorizar a cultura africana, permitindo aos negros uma representatividade positiva

Desenvolver uma educação antirracista é fundamental para a valorização da história e cultura afro-brasileira e africana que formam a identidade nacional. Sem diminuir a importância da Lei nº 10.639, vale ressaltar que a educação antirracista transcende a aplicação dela, sendo que a escravidão durou 300 anos e terminou há mais de cento e trinta anos, com a Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888, que declarava o fim da escravidão no Brasil (BRASIL, 1988). Um fato historicamente recente, no entanto, o negro ainda é visto pelo imaginário europeu como subalternizado e escravizado.

Nota-se essa visão através dos comportamentos discriminatórios das/os alunas/os. Assim, é preciso primeiro reconhecer que o racismo está presente na sociedade e nas escolas para então combatê-lo. De acordo com a pesquisadora Ivy Guedes.

Destarte, a adoção de métodos de padronização dos corpos mediante práticas disciplinadoras e seletivas rígidas, oriundas das concepções tecnicistas, de algum modo, definiu padrões de comportamento de submissão daqueles que não correspondiam aos modelos estéticos corporais e a performances físicas solicitadas. Parto destas reflexões para compreender os mecanismos utilizados nas escolas através das aulas de Educação Física que afetaram e discriminaram os menos privilegiados, aqueles em que a diferença foi motivo de seleção e exclusão. (GUEDES,2009, p.31-32)

Após a análise destas obras, muito bem catalogadas, é possível perceber que há evolução no debate sobre o racismo no ambiente escolar e a necessidade por uma Educação Antirracista. Ao mesmo tempo como a Educação Física, enquanto área de conhecimento pertencente ao currículo da Educação Básica, ainda carece de estratégias significativas para atender aos requisitos da Lei 10.639/03.

Percebe-se que a Lei 10.639/03 é desconhecida por grande parte dos professores, o que dificulta o debate dentro da sala de aula para promover a representatividade negra ao abordar conteúdos sobre a cultura africana e afro-brasileira.

Além da inclusão da Lei, é preciso debater sobre o racismo estrutural que, muitas vezes, vem disfarçado de brincadeira quando, na escola, por exemplo, uma criança negra é chamada de macaca, de pretinha, de cabelo de pixaim, entre outros diversos apelidos que ridicularizam os traços negroides das crianças e adolescente, e um

professor ou responsável presente não repreende a atitude racista e silencia, por afirmar que apelidos como esses não são racistas. GUEDES et al (2023, p.54)

Corroboro com GUEDES et al (2023, p.54) que afirma:

É preciso debater também o racismo epistêmico, que consiste na ausência de produções acadêmicas de escritores negros devido à desvalorização da capacidade cognitiva e intelectual do negro, principalmente de mulheres negras; bem como nos livros didáticos, com os brancos sempre representados como os heróis e os negros escravizados; sem a presença de personagens históricas negras importantes na construção da história brasileira. Desse modo, é necessária a superação da visão eurocentrada do negro em posição de inferioridade, valorizando a cultura afro-brasileira, expondo a história e a cultura africana antes da diáspora, permitindo, assim, aos alunos negros uma representatividade positiva, uma vez que apresenta personagens históricas negras em ascensão social.

Finalizamos trazendo, que nos artigos apresentados, foi possível perceber que as medidas tomadas e metodologias trabalhadas tiveram bons resultados a longo prazo, e que algumas situações até deixaram de acontecer. No entanto, a superação do racismo é um trabalho contínuo sendo necessários projetos de curto e longo prazo que envolvam a comunidade e a escola para combater as mazelas do racismo, muitas vezes praticado sutilmente, a Educação Física, possui elementos a exemplo do Esporte, capazes, caso trabalhado de forma adequada, de servir como ferramenta no enfrentamento ao racismo no ambiente escolar.

No próximo tópico, traremos os “caminhos metodológicos” utilizados para a construção dessa pesquisa.

4.TRAJETÓRIA METODOLOGICA

Essa pesquisa tem caráter essencialmente qualitativo, sendo o autor, participante direto da comunidade pesquisada, atuando como docente da Unidade Escolar em questão, acreditamos motivo determinante para que a pesquisa-ação fosse a metodologia escolhida, cada vez mais presente no campo acadêmico, acreditamos adequada para o perfil da pesquisa. Desta forma, a metodologia adotada, se municiou de ferramentas e informações para tomar ações pertinentes ao estudo realizado. Segundo Thiollent (2009, p.16), pode-se definir a pesquisa-ação como:

Um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativos.

Em comum, todos os autores citam a relação do processo de pesquisa e construção do conhecimento com o objetivo de desenvolver uma ação de transformação, situação em que esta pesquisa se adéqua profundamente. Além da participação ativa do autor, a pesquisa-ação prevê o estímulo à contribuição dos atores sociais envolvidos na pesquisa, o que não necessariamente acontece em outras pesquisas tipo participante, podendo utilizar apenas a observação participante. “A pesquisa-ação é realizada em um espaço de interlocução onde os atores implicados participam na resolução dos problemas, com conhecimentos diferenciados, propondo soluções e aprendendo na ação”. (THIOLLENT, 2002, p.4).

A pesquisa-ação diferencia-se da pesquisa participativa por derivar, a partir de um estudo científico, uma ação a ser empreendida pelos participantes da pesquisa. Ainda de acordo com Thiollent (2009, p.18) “Com a pesquisa-ação os pesquisadores pretendem desempenhar um papel ativo na própria realidade dos fatos observados”

O local que desenvolvemos a pesquisa é o Colégio Rotary Itapuã¹⁰, situado no Bairro de Itapuã, zona praieira de Salvador e atende alunos do 6º ano a 3ª série do ensino médio, sendo classificada pela Secretaria Estadual de Educação da Bahia como Porte Especial, em 2022 matriculou um total de 1.235 alunos nos três turnos de funcionamento, pela proximidade com a praia, muitos que lá estudam são sustentados pelo trabalho de seus responsáveis nesta região, são filhos e filhas de baianas de acarajé, vendedores ambulantes, pescadores, comerciantes diversos, justificando um público escolar de média/baixa renda.

A turma escolhida para participar da pesquisa foi a 3ª série A, do turno matutino, a qual o pesquisador é docente em duas disciplinas, o que facilitou o processo de observação.

Dos 35 alunos matriculados na turma, 28 responderam os questionários resultando em aproximadamente 85% participação da turma.

Já entre os docentes, dos 06 que estavam lotados na Unidade no momento da pesquisa, 04 responderam aos questionários e o mesmo número participou do grupo focal.

Toda investigação segundo Minayo (2001) se inicia por um problema, com uma dúvida ou com uma pergunta que é articulada a conhecimentos anteriormente obtidos e podem demandar a criação de novos referenciais que surgem a partir do objeto investigado devido à ampliação do conhecimento adquirido mediante os estudos. Esse conhecimento anterior, chamado teoria é construído por outros estudiosos e lançam luz sobre a questão da pesquisa, ou seja, auxiliam no entendimento da questão e projeta para novas construções.

Conforme ressalta Stake (2011), os pesquisadores qualitativos “buscam dados que representam experiências pessoais em situações específicas”. Assim, por meio de questionários, grupo focal e observações buscamos investigar os pensamentos, as

¹⁰<https://www.google.com/maps/place/Col%C3%A9gio+Estadual+Rotary/@-12.9476319,-38.3638803,17z/data=!3m1!4b1!4m5!3m4!1s0x716177ee1a029ab:0x554feca494dda647!8m2!3d-12.9476268!4d-38.3616483>

motivações e os sentimentos, observados à luz do significado que adquirem para os indivíduos envolvidos, dentro da Unidade Escolar.

Os questionários aplicados, foram compostos por 10 questões, sendo 05 de múltiplas escolhas e 05 abertas, esse modelo foi aplicado tanto para os alunos como para os professores, diferenciando as perguntas.

Sobre o Grupo Focal, idealizamos 04 encontros, mas só conseguimos realizar 02 por conta da disponibilidade dos professores, em ambos encontros tivemos a presença de 04 dos 06 professores da Unidade.

Utilizamos situações problemas, projetadas através do Datashow, para estimular o debate e com isso observar, anotar e compreender as impressões dos docentes sobre o objeto de estudo, buscamos enfatizar o entendimento em 3 situações:

- 1- Percepção de Racismo
- 2- Compromisso do professor de Educação Física com uma Educação Antirracista
- 3- Limites e Possibilidades de intervenção.

Foi permitido pelos professores a gravação apenas de um dos encontros, o segundo. O primeiro encontro, apesar das explicações sobre do que se tratava, havia um desconhecimento sobre a técnica e um natural desinteresse, todavia foi possível apresentar a proposta e colher as primeiras impressões, principalmente o estranhamento da relação entre a Educação Física e a Educação Antirracista, evidenciado quando um dos participantes, ao ver o tema da pesquisa, comentou que “parece uma pesquisa de História”. No segundo encontro, mais ambientados, conseguimos gravar partes importantes e coletar mais informações que serão apresentadas no capítulo 5.

O processo de Observação se deu durante as aulas, e no ambiente escolar em momentos livres (Intervalo, festival, campeonato...) onde focamos perceber como o racismo se manifestava nas relações entre os alunos e entre os alunos e a escola.

Por conta das alterações curriculares, como a implantação do Novo Ensino Médio¹¹, que reduziu a carga horária e a oferta da disciplina Educação Física, no último ano de pesquisa, continuei as observações com a turma, mas com outras disciplinas.

Buscou-se realizar anotações, para registrar ações que observamos relacionadas com a temática da pesquisa, que sem dúvidas, contribuíram para as conclusões.

Para Paiva (2021) a teoria é construída para explicar ou compreender um fenômeno, um processo ou um conjunto de fenômenos e processos. A partir desse ponto, o mesmo complementa que, o investigador por meio de um trabalho exaustivo separa, recorta determinados aspectos significativos da realidade para trabalhá-los, buscando interconexão sistemática entre eles. Nenhuma teoria, por mais bem elaborada que seja, dá conta de explicar todos os fenômenos e processos e por isso surge a necessidade de novas pesquisas. No âmbito da Teoria do Conhecimento, mantendo a coerência com a perspectiva tomada como base para a referida pesquisa a qual, e linha gerais, buscou apresentar possibilidades para uma Educação Física Antirracista.

No âmbito da Teoria do Conhecimento, mantendo a coerência com a perspectiva tomada como base para a referida pesquisa a qual, em linha gerais, buscou apresentar possibilidades para uma Educação Física Antirracista.

Segundo Souza Junior (2010) o termo categoria como formas que refletem as propriedades/aspectos e as relações/ligações universais da realidade objetiva, caracterizando-se como graus/ estados do desenvolvimento do conhecimento e das práticas sociais, como princípios do método dialético do conhecimento e da transformação orientada pela realidade.

As categorias são conclusões retiradas da história do desenvolvimento da ciência e da atividade prática, portanto podem representar o processo histórico do conhecimento, no decorrer do qual o homem penetra, cada vez mais profundamente,

¹¹ <https://oglobo.globo.com/brasil/educacao/noticia/2023/04/novo-ensino-medio-no-meio-do-caminho-reforma-encontra-desafios-para-melhorar-vida-dos-alunos.ghtml>

no mundo dos fenômenos, podendo apresentar-se como uma forma particular de conceito (CHEPTULIN, 1982).

No âmbito mais instrumental, mas que não se isola (nem poderia) da Teoria do Conhecimento, observamos o uso de dois grupos de categorias: as analíticas e as empíricas.

As primeiras são aquelas que retêm historicamente as relações sociais fundamentais e podem ser consideradas balizas para o conhecimento do objeto nos seus aspectos gerais. Elas mesmas comportam vários graus de abstração, generalização e de aproximação. As segundas são aquelas construídas com finalidade operacional, visando ao trabalho de campo (a fase empírica) ou a partir do trabalho de campo. Elas têm a propriedade de conseguir apreender as determinações e as especificidades que se expressam na realidade empírica (MINAYO, 1998, p. 94)

Para organizar os dados obtidos, utilizaremos a codificação como técnica, codificar, nesse contexto, significa “organizar todos os conjuntos de dados de acordo com tópicos, temas e problemas importantes para o estudo” (STAKE, 2011, p. 166) ou seja, transformar o dado qualitativo em dado quantitativo, com o objetivo de facilitar o processo de tabulação, assim como a apresentação pública, como analisamos as categorias principais e aquelas que emergiram da pesquisa, utilizamos a codificação seletiva.

5 - ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

No que diz respeito a identificação racial dos alunos, 12 se autodeclararam pretos, 14 pardos e 2 responderam não saber. Esses dados nos remetem a uma reflexão quanto a dificuldade de autodeclaração no Brasil, nos dizeres da psicanalista Neusa Santos Souza (1983), No Brasil, ninguém nasce negro, mas se torna negro. Então, auto identificar-se como negro ou negra em um país como o Brasil tem sido um processo doloroso, e perigoso, uma campanha da Organização das Nações Unidas (ONU Brasil), realizada em 2021, intitulada "Vidas Negras"¹² com o objetivo de mostrar a relação entre racismo e violência no país e chamar a atenção para o genocídio da população negra jovem, apontou que um jovem negro morre a cada 23 minutos no país. Os números são do Mapa da Violência, da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso).

Na psicanálise, o conceito de enquadre refere-se a constantes, marcos e normas que possibilitam os diferentes comportamentos dos indivíduos, segundo José Bleger (1998; 2007) e Eliane Silvia Costa (2012). Um exemplo prático de enquadre em nossa sociedade é o padrão de beleza eurocêntrico, estimulando nos sujeitos brasileiros um ideal baseado na brancura da pele, nos cabelos lisos, entre outros atributos.

Continuando a análise das respostas dos alunos, para compreendermos percepção/conceito de racismo que os mesmos possuem e a sua influência no ambiente escolar, realizamos 03 perguntas, essa foi a primeira: **VOCÊ JÁ FOI VÍTIMA DE RACISMO NA ESCOLA?** Obtivemos as seguintes respostas: 21 responderam que sim, sendo que 15 sofreram mais de uma vez e 06 apenas uma vez; 04 responderam que não foram vítimas, mas conhece quem já foi e 3 disseram que nunca foram e nem conhecem quem foi.

Essa informação revela que mais de 90% dos alunos questionados já estiveram diante de atitudes racista dentro do ambiente escolar ou como vítimas ou como

¹²Disponível: <https://vidasnegras.nacoesunidas.org/#:-:text=Segundo%20dados%20recentemente%20divulgados%20pelo,mais%20negros%20do%20que%20brancos>

expectadores. Quando comparamos esses dados com aqueles fornecidos pela pesquisa da Inteligência¹³ em Pesquisa e Consultoria Estratégica (IPEC), contratada pelo Projeto SETA e pelo Instituto de Referência Negra Peregum, coloca o ambiente escolar no topo da lista de locais em que os brasileiros mais afirmam ter sofrido a violência racial. A cada 10 pessoas que relatam ter sofrido o racismo no Brasil, 3,8 foram vítimas da violência em escolas, faculdades ou universidades, de acordo com a pesquisa Percepções Sobre o Racismo, que foi concluída em julho de 2023. 2 mil pessoas foram ouvidas pelo IPEC e, entre outros pontos, indicaram em quais ambientes já sofreram racismo: 38% sofreram racismo na escola/faculdade/universidade; 29% sofreram racismo no trabalho; 28% sofreram racismo em espaços públicos (ruas, parques, praças etc.); 18% sofreram racismo em estabelecimentos comerciais (supermercados, shopping, lojas de rua, cinemas, restaurantes etc.); 11% sofreram racismo no ambiente familiar.

Criado por volta de 1920, o racismo enquanto conceito e realidade já foi objeto de diversas leituras e interpretações. Já recebeu várias definições que nem sempre dizem a mesma coisa, nem sempre têm um denominador comum.

Segundo Munanga (2003) quando utilizamos esse conceito em nosso cotidiano, não lhe atribuímos mesmos conteúdo e significado, daí a falta do consenso até na busca de soluções contra o racismo. Por razões lógicas e ideológicas, o racismo é geralmente abordado a partir da raça, dentro da extrema variedade das possíveis relações existentes entre as duas noções. Com efeito, com base nas relações entre “raça” e “racismo”, o racismo seria teoricamente uma ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contrastadas que têm características físicas hereditárias comuns, sendo estas últimas suportes das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas e se situam numa escala de valores desiguais. Visto deste ponto de vista, o racismo é uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural.

¹³ Disponível em <https://peregum.org.br/2023/08/02/pesquisa-percepcoes-sobre-o-racismo-do-instituto-de-referencia-negra-peregum-e-projeto-seta-e-divulgada-na-imprensa-nacional/> acessado em 25/01/2023

Ainda seguindo o pensamento de Munanga (2003), o racista cria a raça no sentido sociológico, ou seja, a raça no imaginário do racista não é exclusivamente um grupo definido pelos traços físicos. A raça na cabeça dele é um grupo social com traços culturais, linguísticos, religiosos, etc. que ele considera naturalmente inferiores ao grupo a qual ele pertence. De outro modo, o racismo é essa tendência que consiste em considerar que as características intelectuais e morais de um dado grupo, são consequências diretas de suas características físicas ou biológicas.

O racismo é uma forma de violência que estruturou toda sociedade brasileira, a escola não está imune aos efeitos, tal violência muitas vezes se manifesta e desenvolve por meio do fenômeno bullying, que mascara um racismo institucional. “A violência racista pode submeter o sujeito negro a uma situação cuja desumanidade nos desarma e deixa perplexos. Seria difícil encontrar o adjetivo adequado para nomear esta odiosa forma de opressão”, (SOUZA, 1983, p. 16). De acordo com Munanga (2004, p.215):

O racismo brasileiro na sua estratégia age sem demonstrar a sua rigidez, não aparece à luz; é ambíguo, meloso, pegajoso, mas altamente eficiente em seus objetivos. Essa ideologia é difundida no tecido social como um todo e influencia o comportamento de todos de todas as camadas sociais, e até mesmo as próprias vítimas da discriminação racial.

O ambiente escolar, não está imune aos “tentáculos” do racismo estrutural. Todavia, perceber as formas sorrateiras que o racismo age, não é uma tarefa fácil, até porque ele se manifesta de formas variadas, desde o silenciamento de professores e gestores diante dos atos racistas, passando pela negação e minimização, objetivando claramente a naturalização dos fatos até o não cumprimento da Lei 10.639/03.

Durante a coleta de dados, foi possível observar, que alguns alunos tratavam uns aos outros, com termos racistas, alegando “ser uma brincadeira”.

- Desça daí seu Macaco!
- Cabelo de Assolan!
- Meia noite.

Essas atitudes, observadas dentro do ambiente escolar, nos remete ao conceito de racismo recreativo, aquele que designa um tipo específico de opressão racial que aparece na forma de humor, que perpetua preconceitos e estereótipos racistas contra grupos socialmente minoritários e oprimidos.

A segunda pergunta que fizemos aos alunos com o objetivo de perceber seu entendimento sobre o racismo e suas consequências foi a seguinte: **VOCÊ ACREDITA QUE O RACISMO É UM PROBLEMA QUE INTERFERE NO DESEMPENHO E PERMANÊNCIA NA ESCOLA?** Todos responderam que sim, sendo que 95% disseram que interfere muito e apenas 02 alunos responderam que interfere pouco, sendo justamente aqueles que na pergunta anterior responderam que nunca sofreram racismo na escola e não conhecem quem já sofreu.

Carvalho (2004) identifica que há um maior número de meninos, consequentemente negros e/ou provenientes de famílias de baixa renda que obtém, conceitos negativos e são conduzidos com mais frequência às atividades de recuperação, se comparado com as meninas e meninos brancos, e as meninas negras.

Na escola investigada, por exemplo, um grupo de meninos, em geral brancos e provenientes de famílias de setores médios intelectualizados, aparecia nas falas das professoras como “excelente” ou “brilhante”. Raramente meninas faziam parte desse grupo seletivo de crianças que eram referência certamente também para seus pares (Carvalho, 2004, p.27).

Cavalleiro (2003) mostra em sua pesquisa sobre racismo, preconceito e discriminação racial na educação infantil como as professoras demonstravam mais afetividade e feedback positivo e incentivador as crianças brancas em relação às negras.

Outras tantas pesquisas apontam para essa direção a trazem contribuições para o debate e possibilidades de intervenções no que tange a percepção das desigualdades raciais na educação (MIRANDA et al., 2004; LOUZANO, 2013; ABROMOVAY, CASTRO, 2006; CARVALHO, 2004). Esses e outros estudos indicam

que o racismo presente no cotidiano escolar, se torna muitas vezes obstáculos para o sucesso acadêmico de estudantes negros, somado as expectativas dos professores.

Acreditamos que o aprendizado aconteça de forma mais eficaz em um ambiente saudável, prazeroso e acolhedor, características que não combinam com aquilo que o racismo produz: fracasso, tristeza e abandono.

O terceiro questionamento aos alunos, buscando compreender a percepção de racismo e a sua influência no ambiente escolar, fizemos a seguinte pergunta: **A ESCOLA DEVE INTERVIR EM CASO DE RACISMO ENTRE ALUNOS?** Sim, é dever da escola! Essa foi a resposta de 100% dos questionados, passando a mensagem que cabe a escola, enquanto instituição responsável legal pela formação dos jovens, não apenas a transmissão de conteúdo, mas contribuir para a formação humana e proporcionar um ambiente saudável para a aprendizagem.

Aqui vale uma pequena divisão de responsabilidades: Cabe a escola a aplicação efetiva da Lei 10.639/03 e sua manutenção durante todo o ano letivo, não apenas em novembro, quando se comemora o mês da consciência negra, também não silenciar diante das denúncias de racismo ou outras formas de violência simbólica. Todavia acreditamos que seja a educação, enquanto processo social contínuo de desenvolvimento pleno do ser humano, a ferramenta capaz de desconstruir os mitos da democracia racial, da branquitude, da inferioridade do negro, pois essas ideologias foram também forjadas e disseminadas dentro do ambiente escolar.

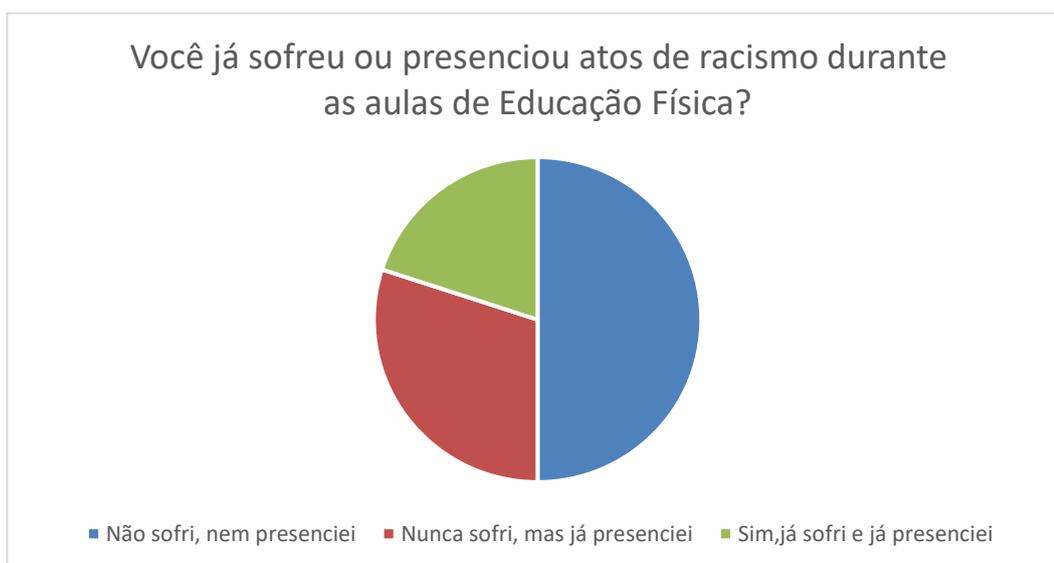
Munanga¹⁴(2020) aponta para a limitação da capacidade de transformação da legislação, uma vez que a mesma pode – quando aplicada de maneira justa e adequada – regular ações e atitudes discriminatórias, mensuráveis e observáveis. No entanto, a lei não pode operar no campo dos preconceitos enraizados nos sujeitos, naquilo que o antropólogo denomina como o reino mais subterrâneo do racismo, do inconsciente e da subjetividade. Trata-se, por conseguinte, da desconstrução do mito da superioridade branca e da inferioridade negra e ameríndia que atravessa todos os campos da educação, informação e imagem, reproduzidas cotidianamente e interiorizadas por toda a sociedade.

¹⁴ Disponível em: <https://youtu.be/ihQxsZvbNH8>

De acordo com o antropólogo, é na educação que se constroem essas imagens estereotipadas e discriminatórias do sujeito e da população negra, de modo que apenas a prática educativa tem o poder de desconstruí-las: “Só a própria educação é capaz de desconstruir os monstros que criou e construir novos indivíduos que valorizem e convivam com as diferenças.”¹⁵

Aproximando a compreensão da percepção de racismo, não apenas no ambiente escolar, mas também durante as aulas de Educação Física, realizamos dois questionamentos que se complementam: **VOCÊ JÁ SOFREU OU PRESENCIOU ATOS DE RACISMO DURANTE AS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA?** 50% responderam, “não sofri, nem presenciei” 30% disseram “nunca sofri, mas já presenciei” e 20% responderam, “sim, já sofri e já presenciei”.

Os números estão assim representados no gráfico abaixo:



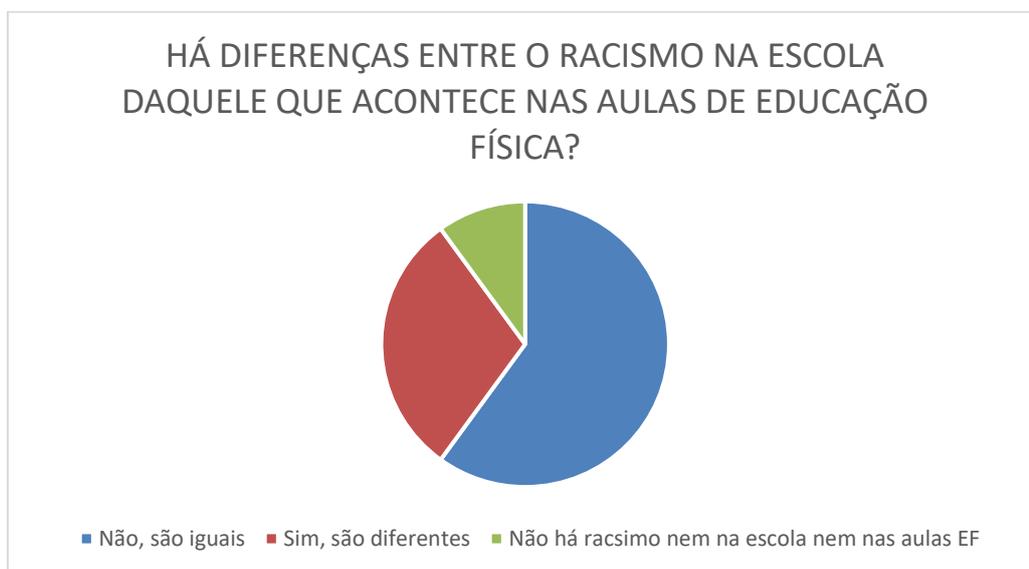
Fonte: O autor

Qual a conclusão que esse gráfico nos traz? Metade dos alunos questionados, revelaram que NUNCA tiveram algum contato com atos racistas nas AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA, ou seja, nem como vítima ou testemunha, no entanto, 14 alunos dos 28 questionados já tiveram alguma experiência com atos racistas, nesse recorte do ambiente escolar que é a AULA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, justificando que nenhuma

¹⁵ Disponível em <https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/em-debate/conteudo-multimedia/detalhe/educando-para-a-diversidade-o-papel-da-escola-no-enfrentamento-do-racismo>

área do conhecimento está imune a discriminação racial presente no ambiente escolar e que urge a necessidade de intervenções, visto a quantidade de afetados pelo racismo.

Complementando, quando perguntamos: **HÁ DIFERENÇAS ENTRE O RACISMO NA ESCOLA DAQUELE QUE ACONTECE NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA?** “Não, são iguais obteve 60% das respostas, seguido por “Sim, são diferentes com 30% e 10% afirmam que “Não há racismo nem na escola nem nas aulas de Educação Física, confira o gráfico abaixo:



Fonte: O autor

Para compreendermos o que esses dados revelam, vamos observar o que traz Sueli Carneiro (2020)¹⁶,

O racismo no ambiente escolar atravessa não apenas as relações interpessoais e o currículo, mas também a disposição espacial e as linguagens muitas vezes excludentes. (Carneiro,2020)

Assim, o que acontece no ambiente escolar, é que a maioria dos alunos tem a percepção que o racismo existe, independente de que forma e onde especificamente, todavia tem dificuldade em se perceber dentro do processo, seja como vítima ou

¹⁶ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tbdR4AOmVE&t=2s>

reprodutor dessa forma de violência, isso fica evidenciado quando observamos os mesmos, agredindo um ao outro com termos racistas e no entanto “pensam” que estão somente “brincando” mas estão reforçando o racismo recreativo que de tão sorrateiro passa muitas vezes despercebido.

Perceber o racismo é algo que requer uma atenção especial que poucos estão dispostos a se submeter, ou/e estimular que outros percebam, para alguns (Professores, gestores, dirigentes...) é mais “interessante” manter o silenciamento e estimular a naturalização desse tipo de violência, tomando atitudes, por vezes esporádicas e desprovidas de fundamentação, ação que só, desqualifica e dificulta a implantação de uma Educação Antirracista, capaz de inferir no ambiente escolar.

Passaremos a analisar as informações coletadas juntos aos **docentes da Unidade**, para assim concluirmos a essa fase da pesquisa.

Dos 06 professores da Unidade Escolar, 04 participaram da pesquisa, tanto respondendo ao questionário como participando do grupo foca. Elaboramos o quadro abaixo, identificamos os mesmos através de números para respeitar as identidades e facilitar a tabulação dos dados:

PROFESSOR	IDADE	GÊNERO	AUTODECLARAÇÃO	FORMAÇÃO
01	56	MASCULINO	PARDO	ESPECIALIZAÇÃO
02	65	MASCULINO	PARDO	ESPECIALIZAÇÃO
03	50	MASCULINO	PARDO	ESPECIALIZAÇÃO
04	46	MASCULINO	PARDO	ESPECIALIZAÇÃO

Fonte: O autor

Elegemos inicialmente **03 categorias** para análise dos dados, elas serão:

- Percepção de racismo
- As consequências do racismo no ambiente escolar
- Possibilidades de intervenções

Todavia, com o desenvolvimento da pesquisa, surgiu mais uma: **Formação docente**

A primeira categoria que buscamos identificar foi a **Percepção de Racismo**. Para isso analisamos as respostas de 03 perguntas, sendo a primeira a seguinte: **VOCÊ ACREDITA QUE SUA FORMAÇÃO, INICIAL E CONTINUADA, LHE CAPACITA PARA DESENVOLVER COM SEUS ALUNOS UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA?**

Todos os participantes responderam, **Sim, me considero apto**.

A Segunda pergunta foi a seguinte: **VOCÊ JÁ PRESENCIOU ATOS DE RACISMO NA ESCOLA?**

Diferentemente da resposta anterior, aqui houve divergências nas respostas como demonstra o quadro abaixo

VOCÊ JÁ PRESENCIOU ATOS DE RACISMO NA ESCOLA?	
RESPOSTAS	QUANTIDADE
Sim, apenas 1 vez	01
Sim, mais de 1 vez	02
Não, mas acredito que existe	01

Fonte: O autor

Para finalizar essa categoria, fizemos uma pergunta aberta: **Faça um BREVE relato de alguma situação de racismo que você sofreu ou presenciou dentro do ambiente escolar. (NÃO PRECISA CITAR NOMES, FALE APENAS O OCORRIDO)**

As respostas foram de muito esclarecedoras para compressão do que se pretendia:

Faça um BREVE relato de alguma situação de racismo que você sofreu ou presenciou dentro do ambiente escolar.
RESPOSTAS
Nunca presenciei um ato de racismo, embora acredito que existem na escola.
Xingamentos e ofensas verbais entre os alunos.
Já ouvir comentários sobre o cabelo e a forma de falar do aluno negro, associando ao estilo de ladrão.
Exclusão do gordinho e da gordinha pelos próprios colegas nas escolhas das equipes.

Fonte: O autor

A capacidade de percepção do racismo estrutural na escola, assim como em outras instâncias, é algo que por vezes se torna difícil porque, sendo estrutural, o racismo muitas vezes se manifesta nas sutilezas. É mais óbvio quando se trata de uma discriminação, uma injúria racial, em que um sujeito comete um ato contra o outro. Mas como estamos falando de racismo estrutural, isso significa que não está no sujeito, mas nas estruturas, ou seja, naquilo que dá base às relações. Mesmo os negros ou até mesmo os professores que acreditam estarem aptos para desenvolver uma Educação Antirracista, têm dificuldades de perceber ou denominar essas situações ou atos, e isso demanda um tempo de elaboração – do sujeito e dos sujeitos envolvidos, sem falar na necessidade de formação contínua e continuada com foco na Educação para as relações étnico raciais.

Somando esses dados coletados através do questionário com as impressões dos relatos nos encontros dos grupos focal, fez emergir uma **nova categoria, a formação docente**, acreditamos que para a aplicação de uma proposta de intervenção, mesmo se tratando de uma sequência didática, se faz necessária uma

“breve” formação docente, com apresentação de conceitos fundamentais para um melhor entendimento dos Estudos para as relações étnico raciais (ERER).

As consequências do racismo no ambiente escolar, essa foi a próxima **categoria** de análise a partir dos dados coletados. Para atendermos, foram realizadas 03 perguntas, que assim seguem:

VOCÊ ACREDITA QUE O RACISMO É UM PROBLEMA QUE INTERFERE NO DESEMPENHO E PERMANÊNCIA NA ESCOLA?

Sim, interfere muito. 100% deram essa resposta, admitindo que o problema é grave e corroborando com a pesquisa PNAD Educação 2019¹⁷ onde afirma que dos 10 milhões de jovens brasileiros entre 14 e 29 anos que deixaram de frequentar a escola sem ter completado a educação básica, mais de 70% são pretos e pardos. O dado alarmante não é pontual. Historicamente, a evasão escolar de jovens negros tem sido um dos maiores entraves para a garantia do direito à educação.

Na Bahia, um levantamento realizado pela Defensoria Pública do Estado da Bahia (DPE-Ba) mostra que 90,4% dos adolescentes que cumprem medida socioeducativa na Bahia são negros, com mais da metade com idades entre 18 e 20 anos, sem emprego e com ensino fundamental incompleto, o que demonstra como o racismo e as desigualdades socio raciais também são um fator para a evasão escolar.

Entre os estados da região Nordeste, a Bahia tem índices alarmantes e crescentes, como mostra a tabela abaixo:

¹⁷ <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28285-pnad-educacao-2019-mais-da-metade-das-pessoas-de-25-anos-ou-mais-nao-completaram-o-ensino-medio>

Tabela 6. Participação percentual dos estados em relação ao total de abandono escolar da Região Nordeste, por sexo, entre 2019 e 2021

Unidades da Federação	Feminino			Masculino		
	2019	2020	2021	2019	2020	2021
Alagoas	7%	1%	7%	6%	1%	7%
Bahia	37%	11%	49%	35%	8%	47%
Ceará	11%	21%	4%	13%	25%	6%
Maranhão	12%	36%	13%	12%	34%	13%
Paraíba	8%	8%	3%	8%	7%	4%
Pernambuco	4%	3%	3%	4%	3%	4%
Piauí	9%	14%	4%	8%	16%	5%
Rio Grande do Norte	9%	2%	15%	9%	2%	14%
Sergipe	4%	4%	2%	5%	3%	2%
Total região Nordeste	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Censo Escolar 2019, 2020 e 2021 (elaboração do Inesc).

Os professores participantes, também citaram a evasão como um dos problemas que o racismo provoca no ambiente escolar, a segunda pergunta foi a seguinte:

Quais as consequências que o racismo pode causar para a vida de um estudante?
RESPOSTAS
Reatramento, dificuldade de socialização, traumas...
Inferioridade, exclusão, timidez, distanciamento
Achar que não é capaz, baixa estima, tristeza.
Tristeza, evasão, baixo rendimento...

Fonte: O autor

Foi possível perceber, através dos dados até aqui analisados que os professores reconhecem as consequências nocivas do racismo, no ambiente escolar, inclusive nas aulas de Educação Física, e foi justamente nessa perspectiva que realizamos as últimas perguntas desse bloco:

VOCÊ JÁ PRESENCIOU ATOS DE RACISMO, ENTRE OS ALUNOS(AS), DURANTE AS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA?	
RESPOSTAS	QUANTIDADE
Sim, já presenciei	03
Sim, já presenciei e intervir	00
Não presenciei, mas acredito que existe	01

Fonte: O autor

Essa pergunta, trouxe à tona outra nuance do racismo no ambiente escolar: **o silenciamento.**

Acreditamos que ao presenciar um ato de violência simbólica ou física em sua aula, e **NÃO** intervir, o docente colabora para que as situações de conflito não se resolvam e o pior, sejam reforçadas, considerando que as omissões de certos fatos, por ela, podem significar a criança ou ao adolescente o seu consentimento para continuar agindo daquela forma.

Concordamos então com Cavalleiro (2006) que aponta a existência de dificuldades por parte do corpo docente em tratar dos conflitos étnicos, tendo como uma saída o abafamento das questões. Porém sabemos que essa tentativa de silenciar este problema, não resultará em sua resolução.

A análise de dados fez emergir mais um questionamento: Quais os motivos para a **NÃO** intervenção docente, quando ocorre um conflito étnico durante a aula?

Buscamos responder essa situação, revendo as anotações e registros dos encontros dos grupos focais, no qual levamos algumas situações problemas, que acontecem no cotidiano da escola e buscamos ouvir qual(is) seria(m) a(s) postura(s) adotada(s) pelo(s) docente(s).

Abaixo, um dos slides reproduzidos durante o encontro para fomentar a discussão:

SITUAÇÃO PROBLEMA

1- Durante sua aula de Educação Física, Maria e Joana iniciam um conflito com agressões verbais recíprocas :

- Você deveria ter vergonha de sair com um cabelo desse, parece Assolan, diz Maria e Joana retruca:
- Pior é você, que além de preta é pobre!

→ Diante de uma situação dessa, qual seria a sua postura?

Observamos que os professores participantes da pesquisa, tiveram as mesmas posturas que muitos outros docentes Brasil a fora têm diante de conflitos étnicos durante as aulas, abaixo as principais respostas registradas:

Qual a sua postura diante de um conflito étnico em sua aula?
RESPOSTAS
“Eu levo logo para a direção antes que vire briga de verdade”
“Solicito que se acalmem e afasto uma da outra”
“Isso acontece quase todo dia e logo estão juntas outra vez....”
“Chamo as duas em separado e tento resolver, se continuarem levo para a direção...a aula precisa continuar...”

Apesar de TODOS de alguma forma relatarem que realizariam alguma intervenção, notamos que se trataria de intervenções simples ou transferindo a situação para a gestão da Unidade, que certamente, alegando sobrecarga de trabalho,

não se debruçaria sobre o assunto dando a real importância, “abafando” a situação e com isso negligenciando a responsabilidade de intervenção diante de um conflito envolvendo elementos raciais. Finalizamos esse bloco, trazendo a contribuição de Cavalleiro (1999) que traz:

No cotidiano escolar, são muitos os profissionais da educação que não percebem os conflitos raciais entre os alunos e também não compreendem em quais momentos ocorrem atitudes e práticas discriminatórias e preconceituosas que impedem a realização de uma educação democrática. Porém, um olhar atento e preocupado para com as relações estabelecidas na escola flagra situações que constata a existência de um tratamento diferenciado em função do pertencimento racial dos alunos. Esta diferenciação de tratamento pode ser considerada uma atitude antieducativa, concorrendo para a difusão e a permanência do racismo na nossa sociedade. (CAVALLEIRO, 1999, p. 51).

Avançando com a análise de dados, partimos para a terceira **categoria** de análise de dados: **Possibilidades de intervenções.**

Para responder esse questionamento, lançamos duas perguntas para os colegas professores de Educação Física, essa foi a primeira:

Quais ações que a ESCOLA deve promover para enfrentar o racismo em seu ambiente?
RESPOSTAS
“Trabalhar cidadania como tema, enfatizando o sujeito, as diferenças, no sentido social”
“Aulas temáticas, festivais”
“Esporte na escola, com todos jogando contra todos”
“Mais aulas sobre o tema, campanha na escola, desfiles...”

Fonte: O autor

Observamos que as respostas apontam para possibilidades de ações “simples” esporádicas e desprovidas de fundamentação, não acreditamos que ações isoladas e/ou apenas em datas comemorativas sejam capazes de surtir algum tipo de efeito positivo no combate ao racismo no ambiente escolar.

O racismo, por estruturar as relações no ambiente escolar, se apresenta de maneira sorrateira e contínua, seja na forma institucionalizada pelo silenciamento ou naturalização dos conflitos, ou na falta de representatividade nos espaços de poder e desaguando no processo ensino aprendizagem, onde docentes se apresentam inábeis para lidar com o assunto.

Foi a partir dessas constatações, que emergiu a última categoria de análise: **Formação docente.**

Acreditamos ser crucial a escola adotar um caráter preventivo. Isso significa implementar medidas **planejadas e contínuas** que contribuam para a formação e conscientização dos alunos, docentes, funcionários e gestores, objetivando conhecer o que é o racismo, as suas causas e as consequências, além de apresentarem os dados sobre o assunto no país, debatendo sobre como impactam a sociedade em que vivemos e torna o ambiente escolar um espaço hostil.

Apresentamos, como parte do Produto Educacional, uma cartilha pedagógica que acreditamos servirá na aproximação do professor de Educação Física com a Educação Antirracista e servirá de estímulo para a busca por uma formação mais ampliada

De que forma a EDUCAÇÃO FÍSICA pode contribuir para uma escola sem racismo?
RESPOSTAS
“Dialogando com os alunos sobre o problema...”
“Orientar os alunos a adotar atitudes de respeito”
“Utilizar as atividades esportivas de inclusão...”
“Estimular o esporte na escola para que todos possam participar.”

Fonte: O autor

Quando recortamos a questão para buscar contribuições a partir da Educação Física e não mais da escola, nos deparamos com uma realidade parecida com anterior, repostas simples e sem fundamentação, todavia, chama atenção para a sugestão de contribuição através do **ESPORTE**, concordamos que esse elemento da cultura corporal tem seu espaço de destaque nas aulas de Educação Física e tanto

pode como deve ser utilizado como ferramenta na implantação de uma Educação Antirracista, todavia o que devemos atentar é como isso deve acontecer, quais as estratégias e significados deveremos adotar.

Sabemos que o esporte, assim como a escola, também é palco de conflitos raciais, seja de forma institucionalizada com a ausência de negros nos espaços de poder (Treinadores, dirigentes, presidentes...) ou mesmo com injúria racial por parte dos torcedores aos atletas durante as competições. Vide os casos mais recentes envolvendo o jogador brasileiro Vinicius Junior, atualmente defendendo a equipe do Real Madrid, que continuamente é atacado por torcedores espanhóis em várias partes do país Catalão.



Fonte: <https://contee.org.br/sinproeste-o-racismo-contra-vini-jr-nao-e-um-caso-isolado/>

Uma possibilidade pedagógica para a utilização do esporte no combate ao racismo no ambiente escolar é justamente sua capacidade de inserção (ou exclusão...) que o mesmo possui, é possível, através do esporte realizar atividades onde sejam trabalhadas metodologias abordando características cooperativas e conceitos de respeito mútuo, priorizando sempre uma postura de combate ao preconceito e à discriminação.

Neira (2007) defende o currículo multicultural para a Educação Física, pois dessa disciplina tem como função a criação de oportunidades para que educandos e educadores conscientizem-se das relações que subjazem às manifestações da cultura corporal, percebendo que nas mesmas estão presentes as representações positivas ou não dos mais variados grupos que compõem a sociedade e dessa forma, podemos

perceber que a Educação Física propicia a oportunidade de se explorar situações e gerar questionamentos viáveis a uma discussão pertinente do tema aqui exposto.

Reiteramos nossa crença no esporte como ferramenta com forte potencial de combate ao racismo, todavia, acreditamos que sua utilização só terá eficácia se colocado em um plano de ação, com estratégias e fundamentação, o esporte por si só NÃO tem capacidade de inclusão, muito pelo contrário, quando a competição é estimulada de forma exacerbada, o que observamos é a seleção dos mais aptos em detrimento da coletividade, apresentando assim um efeito reverso ao combate à discriminação e ao racismo.

Finalizamos a análise dos dados coletados, os mesmos nos ofereceram informações importantes que nos remetem para diversas reflexões na busca pela construção de uma Educação Antirracista utilizando os elementos da Educação Física.

No próximo capítulo, traremos as conclusões até aqui construídas.

7. CONCLUSÕES

Nossa viagem pelas Reflexões, diálogos e possibilidades de intervenções em uma escola de Ensino Médio de Salvador- Ba. através da Educação Física e da Educação Antirracista está chegando ao final, por enquanto.

Sabemos que existem lacunas do conhecimento sobre essa temática, que deverão ser preenchidas em outras oportunidades, e porque não, por outros pesquisadores.

Iniciamos essa pesquisa com algumas inquietações e buscando responder: ***De que forma o racismo se manifesta na escola e nas aulas de Educação Física? Quais os limites e as possibilidades que a os professores de Educação Física possuem para a efetivação de uma Educação Antirracista, a partir da Lei 10.639/03 como referência?***

Notamos que tanto alunos como professores pesquisados, admitem que a escola é um ambiente onde o racismo estrutural se manifesta, visto que muitos declararam que já sofreram ou presenciaram quem já sofreu atos racistas na escola, ou até mesmo nas aulas de Educação Física. Vale ressaltar, que há uma dificuldade na compreensão do que é racismo, muitas vezes “apenas” associado a injúria racial por essa **ser a principal forma de manifestação** do fenômeno no ambiente escolar, **através de xingamentos, apelidos e comparações** que buscam associar a figura do negro a algo desprezível ou sem valor em contrapartida ao modelo que a branquitude prega.

Destacamos que a escola, enquanto estrutura primordial de qualquer sociedade, teve(tem) um papel crucial na manutenção (ou não) do racismo. Sendo um local com status de produção e aquisição do conhecimento, muitas vezes inquestionáveis, reproduziu por anos um modelo educacional eurocêntrico, negando e/ou menosprezando a cultura de outros povos, em especial, negros vindos de África e dos povos originários, que ocupavam essas terras antes da invasão portuguesa.

Outra constatação que merece destaque é a que professores e alunos comungam da certeza que o racismo traz sérias **consequências** para desempenho escolar, desde **baixa autoestima**, passando pelo **isolamento social** até a **evasão**.

O racismo, enquanto fenômeno que estruturou as relações sociais no Brasil, principalmente pós abolição, objetivou estabelecer os espaços de ocupação na sociedade, onde o negro “liberto” foi desfavorecido dos seus direitos, em especial a terra e a educação, restando apenas as margens dos morros e rios, em ocupações desordenadas e a subserviência com trabalhos braçais, mal remunerados, devido a negação ao acesso aos espaços escolares e em consequência a não aquisição ou aquisição precária de conhecimentos científicos capazes de habilitá-lo a se fazer presente em espaços de poder.

Para alterar essa realidade, o “negro se organizou e lutou”. O Movimento Negro Unificado, que teve em Lélia Gonzales, uma referência, que buscou na década de 1970 não apenas denunciar os casos de violência policial contra o povo negro, mas também, buscar, através da luta organizada, acesso à educação de qualidade, pois era do entendimento geral, que o conhecimento poderia transformar a realidade, até então desfavorável para a população negra brasileira.

Por outro lado, mas não menos importante, professores e alunos trazem a urgente necessidade de **intervenções no ambiente escolar** no que tange o combate ao racismo, seja por parte institucional, a gestão escolar, ou órgão central, promovendo ações educativas e **dando condições para a aplicação da lei 10.639/03 e NÃO silenciando** diante das denúncias que chegam ao seu conhecimento, por vezes minimizando ou naturalizando como prática do cotidiano, ou por meio do trabalho pedagógico docente, com os professores, coordenadores e alunos, seja durante a aula na sala ou na quadra, no intervalo, os sábados, se propor a tratar o assunto com fundamentação, planejamento e participação de todos os membros da comunidade escolar.

As batalhas travadas pelo MNU se misturaram, se confundiram e se fortaleceram com o processo de redemocratização do Brasil, pós golpe militar de 1964. As aspirações por uma pedagogia que atendesse a “democracia, a liberdade e pluralismo” se manifestavam em todas as áreas do conhecimento, inclusive na Educação Física.

A aproximação da Educação Física às ciências humanas e o conseqüente distanciamento das ciências biologicistas, que buscavam analisar o homem apenas com o viés biológico, desenvolvendo suas valências físicas e motoras para bem servir a pátria e ao mercado de trabalho, a partir de um corpo forte e disciplinado, capaz de superar limites e exaustão, tanto nas pistas de atletismo como nos porões das fabricas, contribuiu, de alguma forma, para que atualmente possamos perceber o aluno como um ser histórico, social, cultural e carente de inclusão nos espaços, independente de gênero, raça ou condição social.

Notamos então, que a Educação Física possui, assim como as demais disciplinas da grade curricular da educação básica, **limitações** para uma efetivação da Educação Antirracista no ambiente escolar, os motivos são diversos, seja pela falta de formação continuada dos docentes e/ou pelo descompromisso dos gestores na aplicação da Lei 10.639/03 ou até mesmo pela falta de representatividades que levem a bandeira antirracista dentro da escola, ou até mesmo, em alguns casos, soma de todos citados.

Desta forma, nossa pesquisa tem grande relevância e aderência, pois além de apresentar os limites, propõe **possibilidades** de enfrentamento, ao apresentar para o professor de Educação Física, um produto educacional composto por **um compêndio metodológico** seguido de uma **sequência didática**, que possibilite ao docente, trabalhar juntos aos seus alunos, uma Educação Antirracista. A Educação Física, através de seus elementos, pode (e deve) contribuir para a efetivação de uma Educação Antirracista, transformando o ambiente escolar em um espaço de aprendizagem prazeroso e atraente.

assim, acreditamos ofertar a nossa parcela de contribuição nessa luta iniciada pelos nossos antepassados.

Por fim, trago a fala de Kabengele Munanga¹⁸ para ficar como reflexão:

“Através da educação, se forma pessoas racistas, machistas, sexistas, homofóbicas. Tudo passa pela educação. E só a própria educação pode corrigir esses monstros que formou e também criar novos jovens, cidadãos, para saber como conviver com as diferenças e com a diversidade.”

¹⁸ Disponível em <https://comunica.ufu.br/noticias/2023/07/basta-educacao-para-o-enfrentamento-do-racismo-no-brasil>, acessado em 09/03/2024

8. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de; **Racismo estrutural** / Silvio Luiz de Almeida. -- São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 264 p. (Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro)

BRAVALHERI, R. S. **Cultura africana numa perspectiva interdisciplinar: Educação Física na cultura corporal de movimento**. Florianópolis: Motrivivência, 32 n. 63, P.01-22, 2020.

CARREIRA, Denise: **Indicadores da qualidade na educação: relações raciais na escola/** Denise Carreira, Ana Lúcia Silva Souza. -São Paulo : Ação Educativa, 2013.

CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar**. São Paulo: Contexto, 2000. _____. **Identificando o racismo, o preconceito e a discriminação racial na escola**. In: LIMA, Ivan Costa et alii, (Org.). **Os negros e a escola brasileira**. Florianópolis: NEN, 1999.

DARIDO, Suraya: **Educação Física na escola: Questões e Reflexões**, Ed. Guanabara Koogan s.a.- Rio de Janeiro- 2003.

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos**. Tempo, Niterói/RJ, n.23, 2007.

FALS BORDA, Orlando. **Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o papel da ciência na participação popular**. In: BRANDÃO, C. R. (Org.). Pesquisa participante. São Paulo: Brasiliense, 1983

FERREIRA, Aparecida de Jesus: **Educação antirracista e práticas em sala de aula: uma questão de formação de professores**. Revist. Educ. Públ. Cuiabá, v. 21, n. 46, p. 275-288, maio/ago. 2012.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FRAGA, S. O.; FERNANDES, E. V. **Influência das aulas de Educação Física em relação à cultura afro-brasileira com alunos da educação básica no município de Jacarezinho** – PR. Cadernos PDE.v. 1, 2016

GARCIA, Renísia Cristina. **Identidade fragmentada – um estudo sobre a história do negro na educação Brasileira 1993-2005**. Brasília/DF: Inep, 2007.

GUEDES, Ivy. et al. **Práticas antirracistas nas aulas de educação física: um breve panorama**. Revista inCORPOrAÇÃO, V.1, nº 01, 2023, Feira de Santana, p. 39-57 disponível em. <https://periodicos.uefs.br/index.php/incorporacao/article/view/9595/8052> acessado em 08/10/2023

GUEDES, Ivanilde Mattos. **Estética Afirmativa -corpo negro e Educação Física**. Salvador: EDUNEB, 2009

GILLBORN, David. **Racism and antiracism in real schools: theory, policy, practice**. Buckingham: Open University Press, 1995

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. **Movimento negro e educação**. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro/RJ, n. 15, 2000.

MALDONADO, Daniel Teixeira; NEIRA, Marcos Garcia. **Práticas corporais, justiça social e Educação Física: análise de experiências de docentes da educação básica**. Revista Motrivivência, (Florianópolis), v. 34, n. 65, p. 01-20,2022. Universidade Federal de Santa Catarina

MOURÃO, N. R. D. M.; MELO, E. B.; NETO, A. M. M. **O papel da Educação Física no combate à discriminação racial na escola com a parceria do psicólogo**. Psicologia e Saúde em debate,[S. l.], v. 6, n. 1, p. 119–135, 2020

NASCIMENTO, Iracema, **Portal CENPEC Educação**. Transcrição de entrevista Disponível em <https://www.cenpec.org.br/noticias/o-racismo-estrutural-na-escola-e-a-importancia-de-uma-educacao-antirracista-acessado> Acessado em 10/06/2022)

NEIRA, Marcos Garcia. **A Educação Física em contextos multiculturais: concepções docentes acerca da própria prática pedagógica.** Currículos em Fronteiras, v. 8, n. 2, p.39-54, jul./dez., 2008. Disponível em:<https://www.curriculosemfronteiras.org/vol8iss2articles/neira.pdf>. Acesso em: 28ago. 2022.

NEIRA, Marcos Garcia. **A cultura corporal popular como conteúdo do currículo multicultural da Educação Física.** Pensar a prática, 11(1), 81-89. 2008.

OLIVEIRA, L. F.; CANDAU, V. M. F. **Pedagogia Decolonial e Educação Antirracista e Intercultural no Brasil.** Belo Horizonte: Educação em Revista, v.26, n.01, p.15-40,2010.

PIASSAROLLO, D. dos S.; FINOQUETO, L. C. **O/a professor/a de Educação Física e a Lei nº 10.639/2003: (in) visibilidades na prática pedagógica.** Revista Didática Sistemática, [S. l.], v. 22, n. 1, p. 201–213, 2020.

POMIN, F.; CAFÉ, L. S. **Educação para as relações étnico-raciais na Educação Física para além da capoeira.** Florianópolis: Motrivivência, v. 32, n. 63, p. 01-23,2020.

SANCHES NETO, Luiz; VENÂNCIO, Luciana. **A luta por visibilidade das afro-latinas como desafio curricular à educação física antirracista.** In: FILGUEIRAS, Isabel Porto; MALDONADO, Daniel Teixeira (Orgs.). **Currículo e prática pedagógica de educação física escolar na América Latina.** Curitiba: CRV, 2020. p. 29-41

SANTANA, José Valdir Jesus de; MORAES, Jorlúcia Oliveira. **História do negro na educação: indagações sobre currículo e diversidade cultural.** Revista Espaço Acadêmico, Maringá/PR, n. 103, Dez 2009.

SANTOS, Aparecida de Fátima Tiradentes dos. **Cultura e educação a serviço da transformação social.** In: MAGALDI, Ana Maria; ALVES, Cláudia; GONDRA, José Gonçalves (Orgs.). **Educação no Brasil: história, cultura e política.** Bragança Paulista/SP: EDUSF, 2005.

SILVA, et al. Carlos Alberto Figueiredo da. **A contribuição da etnometodologia para os estudos sociológicos na educação física brasileira.** Revista Movimento, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 233-248, jan./mar. de 2015.

SILVA, Ana Célia da. **A representação social do negro no livro didático: o que mudou? por que mudou?** – Salvador: EDUFBA, 2011. 182 p.

SILVA, Ana Célia da. **Por Anjos Negros nos Livros**, Portal UOL, Guilherme Henrique, transcrição trecho de entrevista publicada em 10/11/2021- Disponível em <https://www.uol.com.br/ecoa/reportagens-especiais/ana-celia-da-silva-educando-para-gostar-de-ser/#page8>

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação.** 11. ed. São Paulo,SP: Cortez, 2002.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação.** São Paulo: Cortez, 2009.

VEIGA, Cynthia Greive. **Escola pública para os negros e os pobres no Brasil: uma invenção imperial.** Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro/RJ, n. 39, Set/Dez 2008.

9 – ANEXOS.

ANEXO – A: INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS- QUESTIONÁRIOS

MESTRANDO: Aloísio Oliveira

POLO: UESB

CAMPUS: JÉQUIE.

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS PESQUISA

Q U E S T I O N Á R I O - P R O F E S S O R
<p style="text-align: center;">APRESENTAÇÃO</p> <p>Este questionário tem como objetivo coletar informações que contribuam na elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), no formato de dissertação, do Programa de Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional (<i>ProEF</i>), turma de 2022, no polo da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), campus de Jequié. Os problemas que a pesquisa busca compreender e apresentar possibilidades de intervenção são os seguintes: De que forma o racismo se manifesta na escola e nas aulas de Educação Física? Quais os limites e as possibilidades que a Educação Física possui para a efetivação de uma Educação Antirracista, a partir da Lei 10.639/03 como referência?</p> <p>Sua contribuição enquanto PROFESSOR será de suma importância para a compreensão e enfrentamento ao racismo em nossa escola e nas aulas de Educação Física.</p>
<p style="text-align: center;">ORIENTAÇÕES</p> <p>As perguntas de 01 a 05 tem apenas uma resposta, você deverá marcar com um X aquela que considerar correta. Já as questões 06 a 10, são abertas, você pode expressar sua opinião livremente.</p> <p><u>NÃO É OBRIGATÓRIA A SUA IDENTIFICAÇÃO, CASO FAÇA, GARANTIMOS O SIGILO DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.</u></p>
<p style="text-align: center;">IDENTIFICAÇÃO DO PESQUISADOR</p>
<p>MESTRANDO: Aloísio dos Santos Oliveira - POLO: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia</p>

TEMA: Reflexões sobre manifestações de racismo nas aulas de Educação Física em uma escola de ensino Médio de Salvador: Contribuições para uma Educação Antirracista

ORIENTADORA: Prof.^a Dr.^a. Christiane Freitas Luna

QUEM É VOCÊ?

NOME: _____ **- IDADE** _____ **GÊNERO** _____

COMO SE AUTODECLARA? () Branco – () Preto – () Pardo – () Amarelo – () Indígena – () – Não Sabe

(Marque com um X)

GRADUAÇÃO _____ **PÓSGRADUAÇÃO** _____

OUTROSCURSOS _____

VOCÊ ACREDITA QUE SUA FORMAÇÃO, INICIAL E CONTINUADA, LHE CAPACITA PARA DESENVOLVER COM SEUS ALUNOS UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA?

() Sim, me considero apto. () Não, esse tema não me interessa () Não, mas tenho interesse no tema

SOBRE O RACISMO, RESPONDA

- 1- **VOCÊ JÁ PRESENCIOU ATOS DE RACISMO NA ESCOLA?** :() Sim, apenas 1 vez - () Sim, mais de uma vez () Não, mas acredito que existem () Nunca presenciei e não acredito que existem
- 2- **VOCÊ ACREDITA QUE O RACISMO É UM PROBLEMA QUE INTERFERE NO DESEMPENHO E PERMANÊNCIA NA ESCOLA?** () Sim, interfere muito. - () Sim, Interfere pouco. – () Não interfere. () O racismo não é um problema na escola
- 3- **A ESCOLA DEVE INTERVIR EM CASO DE RACISMO ENTRE OS ALUNOS?** () Sim, é dever da escola- () Sim, mas a escola não tem a obrigação. () Não, é um problema só dos alunos
- 4- **VOCÊ JÁ PRESENCIOU ATOS DE RACISMO, ENTRE OS ALUNOS(AS), DURANTE AS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA?** () Sim, já presenciei - () Sim, já presenciei e intervir – () Não, nunca presenciei - () Não presenciei mas acredito que existem

5- NA SUA OPINIÃO, HÁ DIFERENÇAS ENTRE O RACISMO NA ESCOLA DAQUELE QUE ACONTECE NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA? () Sim, são diferentes - () Não, são iguais. () Não há racismo nem na escola nem nas aulas de Educação Física

QUESTÕES ABERTAS

Nesta etapa do questionário, você deverá responder baseado nas suas experiências e observações dentro do ambiente escolar.

6- Faça um BREVE relato de alguma situação de racismo que você sofreu ou presenciou dentro do ambiente escolar. (NÃO PRECISA CITAR NOMES, FALE APENAS O OCORRIDO)

7- Quais as consequências que o racismo pode causar para a vida de um estudante?

8- Quais ações a ESCOLA deve promover para enfrentar o racismo em seu ambiente?

9- De que forma a EDUCAÇÃO FÍSICA pode contribuir para uma escola sem racismo?

10- As linhas abaixo foram destinadas para você expressar livremente SUA OPINIÃO sobre O PROBLEMA DO RACISMO NO AMBIENTE ESCOLAR E NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA. Lembre-se, sua fala pode contribuir na construção de uma EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA.

MESTRANDO: **Aloísio Oliveira**

POLO: **UESB**

CAMPUS: **JÉQUIE.**

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS PESQUISA

QUESTIONÁRIO - ALUNOS

APRESENTAÇÃO

Este questionário tem como objetivo coletar informações que contribuam na elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), no formato de dissertação, do Programa de Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional (*ProEF*), turma de 2022, no polo da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), campus de Jequié. Os problemas que a pesquisa busca compreender e apresentar possibilidades de intervenção são os seguintes: De que forma o racismo se manifesta na escola e nas aulas de educação física? Quais os limites e as possibilidades que a Educação Física possui para a efetivação de uma Educação Antirracista, a partir da Lei 10.639/03 como referência?

Sua contribuição enquanto ALUNO(A) será de suma importância para a compreensão e enfrentamento ao racismo em nossa escola e nas aulas de Educação Física.

ORIENTAÇÕES

As perguntas de 01 a 05 tem apenas uma resposta, você deverá marcar com um X aquela que considerar correta. Já as questões 06 a 10, são abertas, você pode expressar sua opinião livremente.

NÃO É OBRIGATÓRIA A SUA IDENTIFICAÇÃO, CASO FAÇA, GARANTIMOS O SIGILO DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

IDENTIFICAÇÃO DO PESQUISADOR

MESTRANDO: Aloísio dos Santos Oliveira - **POLO:** Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

TEMA: Reflexões sobre manifestações de racismo nas aulas de Educação Física em uma escola de ensino Médio de Salvador: Contribuições para uma Educação Antirracista

ORIENTADORA: Prof.^a Dr^a. Christiane Freitas Luna

QUEM É VOCÊ?

NOME: _____ - **IDADE** _____ **GÊNERO** _____

COMO SE AUTODECLARA? () Branco – () Preto – () Pardo – () Amarelo – () Indígena – () – Não Sabe

(Marque com um X)

SOBRE O RACISMO, RESPONDA

11- VOCÊ JÁ FOI VÍTIMA DE RACISMO NA ESCOLA? : () Sim, apenas 1 vez - () Sim, mais de uma vez () Não , mas conheço quem foi. () Nunca fui e nem conheço quem foi.

12- VOCÊ ACREDITA QUE O RACISMO É UM PROBLEMA QUE INTERFERE NO DESEMPENHO E PERMANÊNCIA NA ESCOLA? () Sim, interfere muito. - () Sim, Interfere pouco. – () Não interfere. () O racismo não é um problema na escola

13- A ESCOLA DEVE INTERVIR EM CASO DE RACISMO ENTRE OS ALUNOS? () Sim, é dever da escola- () Sim, mas a escola não tem a obrigação. () Não, é um problema só dos alunos

14- VOCÊ JÁ SOFREU OU PRESENCIOU ATOS DE RACISMO DURANTE AS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA? () Sim, já sofri e presenciei - () Sim, já sofri mas não presenciei. – () Não sofri, nem presenciei - () Nunca sofri mas já presenciei.

15- NA SUA OPINIÃO, HÁ DIFERENÇAS ENTRE O RACISMO NA ESCOLA DAQUELE QUE ACONTECE NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA?

() Sim, são diferentes - () Não, são iguais. () Não há racismo nem na escola nem nas aulas de Educação Física

QUESTÕES ABERTAS

Nesta etapa do questionário, você deverá responder baseado nas suas experiências e observações dentro do ambiente escolar.

16- Faça um BREVE relato de alguma situação de racismo que você sofreu ou presenciou dentro do ambiente escolar. (NÃO PRECISA CITAR NOMES, FALE APENAS O OCORRIDO)

17- Quais as consequências para a vida de um estudante, que é vítima de racismo?

18- Quais ações a escola deve promover para enfrentar o racismo em seu ambiente?

19- De que forma a EDUCAÇÃO FÍSICA pode contribuir para uma escola sem racismo?

20- As linhas abaixo foram destinadas para você expressar livremente sua opinião sobre O PROBLEMA DO RACISMO NO AMBIENTE ESCOLAR E NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA. Lembre-se, sua fala pode contribuir na construção de uma EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA.

ANEXO – B- PRODUTO EDUCACIONAL

ALOÍSIO DOS SANTOS OLIVEIRA

Educação Física e Educação Antirracista: Reflexões, diálogos e possibilidades de intervenções em uma escola de Ensino Médio de Salvador - Ba.

JEQUIÉ - BAHIA

2024

ALOISIO DOS SANTOS OLIVEIRA

Educação Física e Educação Antirracista: Reflexões, diálogos e possibilidades de intervenções em uma escola de Ensino Médio de Salvador- Ba.

Produto Educacional apresentado ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Física em Rede – ProEF da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Educação Física

- Área de Concentração em Educação Física Escolar

Orientadora: Profa. Dra. Christiane Freitas Luna

JEQUIÉ - BAHIA

2024

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO:.....	90
1- CONSTATAÇÃO: AFINAL, EXISTE OU NÃO RACISMO NO BRASIL?	91
1.1 - O Mito da Democracia Racial	91
1.2– O Silenciamento de questões raciais	93
1.3– O que dizem os números	96
2- CONSEQUÊNCIAS: RACISMO E EDUCAÇÃO FÍSICA.....	99
2.1- Racismo Estrutural	99
2.2 – Racismo e Educação Física: O que eu tenho com isso?	101
3- POSSIBILIDADE DE SUPERAÇÃO/INTERVENÇÃO.....	106
3.1- A lei 10.639/03 e a Educação Física no Brasil	106
4.- SEQUÊNCIA DIDÁTICA.....	110
5- REFERENCIAS.....	120

APRESENTAÇÃO

Colega professor(a).

Este Produto Educacional em formato de cartilha, é parte das atividades da Disciplina Seminário de Pesquisa Científica em Educação Física, ofertada no Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional – PROEF, na Instituição de Ensino Superior (IES) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia- UESB, campus de Jequié.

A produção teve origem a partir da pesquisa intitulada “Reflexões sobre manifestações de racismo nas aulas de Educação Física em uma escola de ensino Médio de Salvador: Contribuições para uma Educação Antirracista”.

O produto Educacional está dividido em duas partes: A primeira, um **compêndio** com objetivo de aproximar o professor de Educação Física dos conteúdos pertinentes a Educação para as Relações Étnicas Raciais (ERER), que acreditamos deveriam ser do conhecimento de todo **EDUCADOR** que pensa em adotar uma Educação Antirracista na sua prática pedagógica.

A segunda parte, é uma **sequência didática**, com sugestões de conteúdos e estratégias para trabalhar uma Unidade de 12 aulas, pensada preferencialmente para alunos da 3ª série do Ensino Médio. Ela tem a mesma composição didática que a cartilha, ou seja, o professor faz a aproximação com o conhecimento e posteriormente ele tem a oportunidade de aplicar com seus alunos.

Acreditamos que a Educação, ao mesmo tempo que é capaz de construir estereótipos e perpetuar imagens discriminatórias sobre o povo negro, também, através de sua prática, tem a capacidade de desconstruí-las, trazendo as sábias palavras de Kabengele Munanga ¹⁹

“Só a própria educação é capaz de desconstruir os monstros que criou e construir novos indivíduos que valorizem e convivam com as diferenças.”

¹⁹ Disponível em <https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/em-debate/conteudo-multimedia/detalhe/educando-para-a-diversidade-o-papel-da-escola-no-enfrentamento-do-racismo>

1- CONSTATAÇÃO: AFINAL, EXISTE OU NÃO RACISMO NO BRASIL?

1.1 - O Mito da Democracia Racial

Quando pensamos em democracia em sentido amplo, não estamos falando apenas de possibilidade de participação política, mas também de igualdade de direitos, igualdade social, igualdade racial e liberdade garantida a todas as pessoas. Pensar em democracia racial requer, portanto, pensar em uma sociedade em que todas as pessoas, independentemente de sua origem étnico-racial e da cor de suas peles, sejam livres e tenham direitos iguais.

A palavra mito, oriunda do grego antigo “mythos”, designa uma narrativa fantasiosa, surreal, algo que não condiz com a verdade imediata. Associando a palavra mito ao termo “democracia racial”, obtemos um novo termo que afirma a inexistência da democracia racial.

O sociólogo brasileiro **Gilberto Freyre**²⁰, em **Casa Grande e Senzala**, parece ter sido o primeiro grande escritor a colaborar com a disseminação do mito da democracia racial no Brasil. Segundo o sociólogo brasileiro, a sociedade colonial brasileira começou a produzir uma miscigenação racial e uma espécie de relação harmoniosa entre negros escravizados, negros libertos e brancos.

Durante o início do século XX, em que a comunidade científica e alguns resquícios da antropologia evolucionista apresentavam teorias eugênicas de branqueamento da raça, como fator de evolução, Freyre caminha na contramão ao indicar que **a miscigenação era o melhor caminho para a evolução social**. Porém, a visão ingênua do pensador pernambucano deixou de considerar o estupro como a base da miscigenação e o sentimento de posse do senhor de engenho em cima de seus escravos e, principalmente, de suas escravas.

Para desmistificar o mito da democracia racial no Brasil, temos, notoriamente, o trabalho do sociólogo **Florestan Fernandes**, que era doutor em

²⁰ Gilberto Freyre foi um dos principais sociólogos brasileiros do período pré-científico (assim chamado pelo fato de que os estudiosos eram intelectuais sem formação em Sociologia, pois não existia o curso superior em Sociologia e nem área de atuação no Brasil até 1933). Seus estudos sobre o período colonial detalham importantes nuances sobre o modo de vida e organização da sociedade colonial brasileira.

Sociologia pela USP, foi professor da mesma instituição na década de 1960 e um dos primeiros brasileiros a se dedicar ao estudo do racismo no Brasil por um viés sociológico, e do antropólogo **Kabengele Munanga**, congolês naturalizado no Brasil, Munanga é doutor em Antropologia pela USP, além de ter lecionado na mesma instituição.

Os estudos deles foram decisivos para acabar de vez com a ideia de que havia uma democracia racial no Brasil. Fernandes (1965), em sua tese *A integração do negro na sociedade de classes*, afirma que:

“[...] a democracia só será uma realidade quando houver, de fato, igualdade racial no Brasil e o negro não sofrer nenhuma espécie de discriminação, de preconceito, de estigmatização e segregação, seja em termos de classe, seja em termos de raça. Por isso, a luta de classes, para o negro, deve caminhar juntamente com a luta racial propriamente dita” (FERNANDES, 1965, p.24).

Isso indica que **não há uma democracia racial no Brasil**, já que as pessoas de pele negra não estão inseridas devidamente no mercado capitalista como as pessoas brancas estão. As origens dessa não inserção do negro na sociedade de classes encontram-se no cenário pós-abolição da escravatura, em que não foi oferecido à população negra liberta qualquer apoio educacional, financeiro e social, criando uma população marginalizada.

Kabengele Munanga, autor um pouco mais recente que Fernandes, diagnostica uma crise que vem causando a destruição dos direitos já adquiridos por meio de políticas públicas em nosso país. Segundo o pensador, o racismo aqui, ao mesmo tempo em que é evidente em alguns casos, também é, na maioria das vezes, velado. A crença de que vivemos em uma democracia racial é falsa. O Brasil nunca foi uma democracia racial, visto que há aqui uma insistente desigualdade, inclusive no tratamento, entre negros, indígenas e brancos.

Em discurso proferido na entrega do Prêmio USP de Direitos Humanos²¹, em reconhecimento à pesquisa e ao engajamento do professor no enfrentamento das questões raciais no Brasil, Munanga diz:

Para muitos, o Brasil não é um país preconceituoso e racista, sendo as violências sofridas pelos negros e não brancos, em geral, apenas uma questão econômica ou de classe social, que nada tem a ver com os mitos de

²¹ Disponível em <https://racismoambiental.net.br/2019/05/16/kabengele-munanga-o-antropologo-que-desmistificou-a-democracia-racial-no-brasil/>

superioridades e de inferioridade racial. Nesse sentido, os negros, indígenas e outros, não brancos, são discriminados porque são pobres. Em outros termos, negros, brancos e pobres, negros e brancos da classe média, negros e brancos ricos (não sei quantos negros ricos tem nessa sociedade), não se discriminam entre si, tendo em vista que eles pertencem todos à mesma classe social. Uma bela mentira. (MUNANGA, 2018)

Para ampliar o conhecimento sobre esse conteúdo, sugerimos abaixo algumas referências:

- 1- <https://brasilecola.uol.com.br/historia/democracia-racial.htm>
- 2- <https://books.scielo.org/id/v7ywf/pdf/reis-9788599662793-16.pdf>
- 3- BERNARDINO, Joaze. “Ação afirmativa e a rediscussão do mito da democracia racial no Brasil”. *Estud. afro-asiát.*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, 2002.
- 4- COSTA, Sérgio. *A mestiçagem e seus contrários: etnicidade e nacionalidade no Brasil contemporâneo*. *Tempo soc.*, São Paulo, v. 13, n. 1, 2001.
- 5- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2006.
FRY, Peter. *A persistência da raça. Ensaios antropológicos entre o Brasil e a África austral*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.
- 6- FRY, Peter (Coord.). *Divisões perigosas: políticas raciais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- 7- GOMES, Tiago de Melo. *Afro-brasileiros e a construção da ideia de democracia racial nos anos 1920*. *Linhas*, vol. 8, n.1, Santa Catarina, 2007.
- 8- REIS, Fábio Wanderley. Mito e valor da democracia racial, in SOUZA, Jessé (org.). *Multiculturalismo e racismo: uma comparação Brasil – Estados Unidos*. Brasília: Ed. Paralelo 15, pp. 221-232, 1997.

1.2– O Silenciamento de questões raciais.

Contrariando aqueles que defendem a existência de uma democracia racial no Brasil, e conseqüentemente uma aceitação e o silenciamento diante de atos de racismo e discriminação, a busca por uma Educação Antirracista passa, antes de tudo, por uma “quebra” no silêncio e a retirada da mordada que por muitos anos silenciou a população negra do Brasil, diante da violência do racismo, inclusive dentro do ambiente escolar.

Recentemente tivemos um exemplo de quebra de silêncio e um choque de frente com a violência do racismo. A questão envolvendo um homem negro brasileiro e o futebol repercutiu mundialmente recentemente. Os episódios envolvendo o jogador Vinicius Jr, do Real Madrid, evidenciaram a expressão perversa na Espanha, quando o atacante denunciou em campo e fora dele a conivência entre os racistas. A reação por parte das autoridades daquele país foi morosa e vexatória.

À época, o presidente da La Liga (primeira divisão do futebol no país), Javier Tebas Medrano, criticou o brasileiro e **minimizou a gravidade do caso**, que repercutiu internacionalmente. Demais autoridades, patrocinadores, clubes e parte da imprensa espanhola **silenciaram**, convenientemente, demonstrando como a luta contra o racismo ainda é árdua e encontra entraves no "**pacto da branquitude**" (**Companhia das Letras, 2022**), para usar a expressão homônima ao livro da pesquisadora Cida Bento.

Para Iolanda de Oliveira²², da Faculdade de Educação da UFF e uma das primeiras docentes negras da Universidade, o racismo é um problema mundial, que acompanha a história da humanidade. "Embora seja algo falso e que não se justifique cientificamente, o racismo foi incorporado no imaginário das pessoas. E por mais que tenhamos a produção acadêmica mostrando a inconsistência do racismo e uma legislação punindo o racismo num sentido mais amplo, o imaginário social e individual das pessoas — negras ou não negras; héteros ou não héteros — está incorporado no racismo. Quando vamos conseguir eliminar essas ideias?", indaga.

Segundo a docente, no último quadriênio, as pessoas se sentiram autorizadas a serem racistas, contando com apoio do ex-presidente. Ela compreende que parte dessa reação tem origem em conquistas das minorias. "Há quem se sinta ameaçado por essas políticas [progressistas, de inclusão, de ação afirmativa]. Há quem se mantenha contra e se arme de todos os instrumentos possíveis para impedir o avanço das ações afirmativas. Lembro de uma frase de um militante de muitos anos que dizia que, nesse jogo, não pode haver vencedores e nem vencidos - tem que haver empate.

²² Atualmente é professora Associada atuando no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense (PPGE/UFF). Coordenadora da Comissão Permanente de Ações Afirmativas do PPGE/UFF. Professora e Pesquisadora do Programa de Educação sobre negros e indígenas na sociedade brasileira (Penesbi/UFF).

A gente quer o Ubuntu. Mas nenhum grupo ou movimento é homogêneo", considera a professora.



Professora Iolanda, da Faculdade de Educação da UFF, no Gragoatá, em Niterói: 'O racismo está no imaginário das pessoas'/ Luiz Fernando Nabuco/Adu

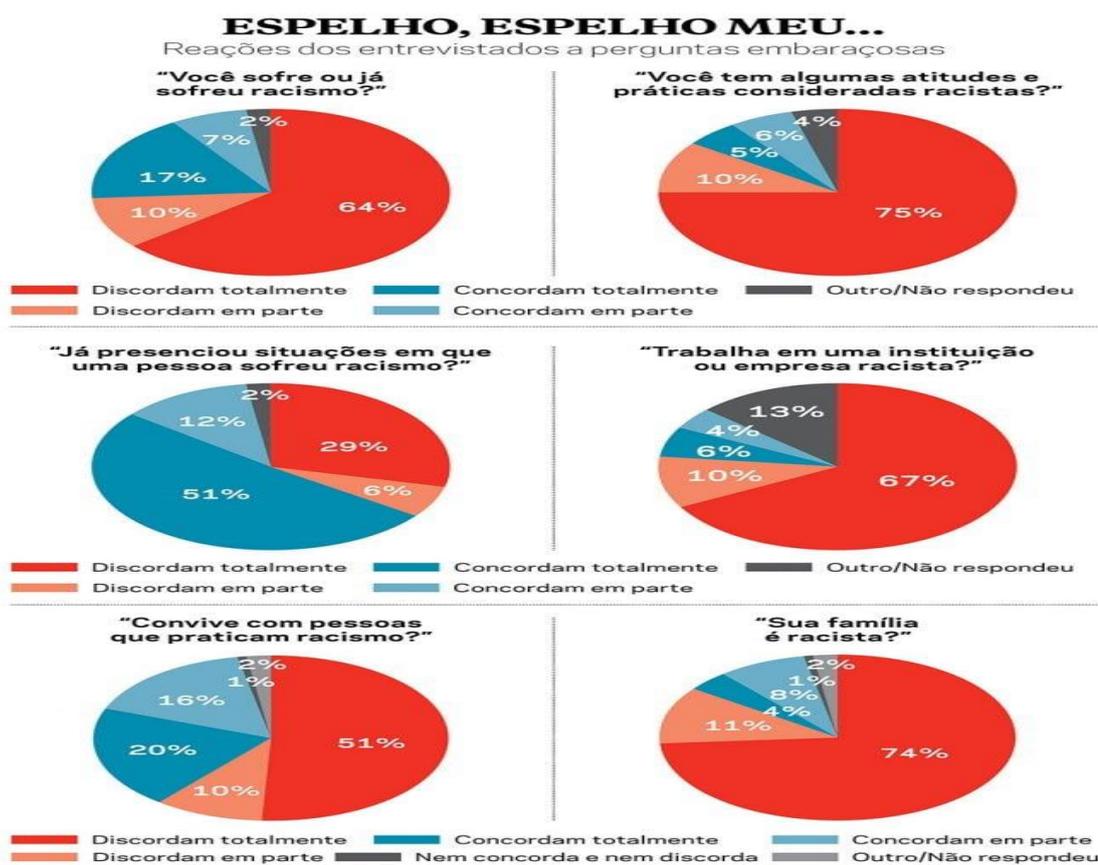
Para conhecer mais sobre o assunto, nossa sugestão é o livro



1.3– O que dizem os números.

Uma busca rápida nos sites de pesquisa na internet, sobre os dados referentes aos casos de racismo no Brasil e no ambiente escolar, encontramos vários trabalhos que trazem informações diversas.

Inicialmente traremos dados que buscaram compreender a postura das pessoas diante do racismo:



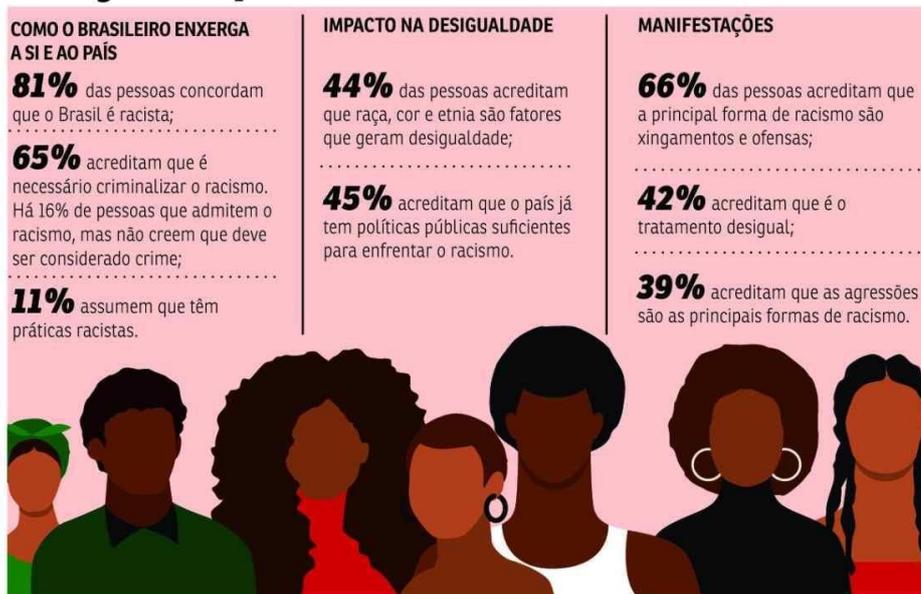
Fonte de ambos os gráficos: Pesquisa "Percepções sobre Racismo no Brasil". Disponível Em <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/8-em-cada-10-pessoas-considera-o-brasil-um-pais-racista-aponta-estudo/>.

O que esses dados nos revelam? Existe uma resistência em compreender o racismo nas suas mais variadas camadas e assimilar seus efeitos. Se a sociedade não assumir a responsabilidade de primeiro compreender isso, não vamos chegar a uma solução porque não é possível resolver aquilo que você acha que não existe, ou seja, vivemos em um país racista onde as pessoas não assumem o seu racismo.

O estudo mostrou que os espaços de formação, seja escola, faculdade ou universidade, são extremamente hostis às pessoas negras, 38% dos entrevistados já

sofreram racismo nesses espaços. As mulheres pretas são o principal alvo, 63% delas relatam já ter sido vítimas de violência racial. Nos ambientes de educação básica, 29% dos alunos negros já vivenciaram agressão física, e segundo 64% dos jovens entre 16 e 24 anos, a escola é onde mais sofrem racismo. “Esses números são importantes para a gente pensar sobre evasão escolar. A escola é o primeiro ambiente onde as crianças passam a criar seus próprios vínculos, e costuma ser também o primeiro lugar onde as crianças negras começam a vivenciar o preconceito

Uma ferida que se mantém aberta



*Dados coletados entre 14 a 18 de abril, com participantes de 16 anos ou mais. A amostra das pessoas foi proporcional aos perfis representativos da população.

Para conhecer mais sobre o assunto:

- 1- <https://percepcaosobreracismo.org.br/>
- 2- <https://observatorioracialfutebol.com.br/>
- 3- Cinquenta Tons de Racismo: livro descreve como a cor da pele influencia a vida dos brasileiros - https://www.youtube.com/watch?v=apw_2dp08II

2- CONSEQUÊNCIAS: RACISMO E EDUCAÇÃO FÍSICA

2.1- Racismo Estrutural

Outro conceito que acreditamos seja necessária a aproximação e compreensão por parte do professor, refere-se a como nossa sociedade foi estruturada sob um regime racista que moldou as relações pessoais, inclusive no ambiente escolar.

Racismo, no dicionário, significa “preconceito e discriminação direcionados a alguém tendo em conta sua origem étnico-racial, geralmente se refere à ideologia de que existe uma raça melhor que outra”.

Silvio de Almeida²³, classifica três concepções de racismo: individualista, institucional e estrutural. Essa classificação, segundo o autor, parte da relação entre racismo e subjetividade, Estado e economia.

Quando a expedição portuguesa chegou ao Brasil em 1500, havia um pressuposto que os povos não europeus – especialmente a população dos continentes da América do Sul, africano e asiático – eram racialmente inferiores aos povos brancos e europeus, essa crença fundamentou o projeto colonial e organizou as relações sociais. É dessa forma que surge o “racismo estrutural”, conceito utilizado para explicar como o racismo está na base da formação da sociedade brasileira.

Desde então, pessoas não brancas e sua cultura, hábitos e rituais foram tidas – e persistem, quase 150 anos após a abolição da escravidão – como “não civilizadas”, conceito que se enraizou na base da sociedade e foi replicado de geração para geração.

Como afirmou a filósofa e escritora Djamila Ribeiro²⁴, “a gente já nasce numa sociedade que tem uma hierarquia de humanidade em que, se você é negro, vai ser tratado de um jeito, se é branco, vai ser tratado de outro, a sociedade já

²³ Silvio Luiz de Almeida é um advogado, filósofo e professor universitário brasileiro, atual ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania do Brasil

²⁴ Djamila Taís Ribeiro dos Santos é uma filósofa, feminista negra, escritora e acadêmica brasileira. É pesquisadora e mestra em Filosofia Política pela Universidade Federal de São Paulo. Tornou-se conhecida no país por seu ativismo na Internet, atualmente é colunista do jornal Folha de S. Paulo

estabelece essas construções para nós e vamos assimilando isso, internalizando e aceitando como verdade. Ninguém nasce odiando ninguém, a gente aprende a odiar.”

No ambiente escolar, sobretudo, o racismo se manifesta pelo apagamento e silenciamento dos conhecimentos produzidos por africanos e afrodescendentes no currículo, seja na educação básica ou no ensino superior.

O racismo estrutural ainda reverbera de inúmeras formas na educação. Não podemos negar o abismo que há entre a média de estudantes brancos – com uma série de privilégios no acesso à educação – quando comparada à maioria dos estudantes afrodescendentes, que enfrentam uma série de entraves e dificuldades no acesso e permanência no sistema educacional.

Uma pesquisa da Inteligência em Pesquisa e Consultoria Estratégica (IPEC), contratada pelo Projeto SETA e pelo Instituto de Referência Negra Peregum, coloca o ambiente escolar no topo da lista de locais em que os brasileiros mais afirmam ter sofrido a violência racial.

A cada 10 pessoas que relatam ter sofrido o racismo no Brasil, 3,8 foram vítimas da violência em escolas, faculdades ou universidades, de acordo com a pesquisa Percepções Sobre o Racismo, que foi concluída em julho.

O levantamento buscou compreender de que forma a população brasileira percebe o racismo.

2 mil pessoas foram ouvidas pelo IPEC e, entre outros pontos, indicaram em quais ambientes já sofreram racismo:

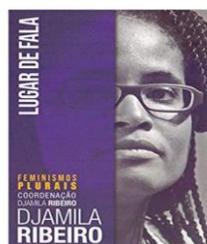
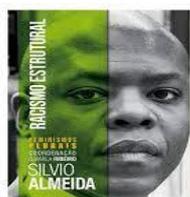
- 38% sofreram racismo na escola/faculdade/universidade;
- 29% sofreram racismo no trabalho;
- 28% sofreram racismo em espaços públicos (ruas, parques, praças etc.);
- 18% sofreram racismo em estabelecimentos comerciais (supermercados, shopping, lojas de rua, cinemas, restaurantes etc.);
- 11% sofreram racismo no ambiente familiar.

Ainda foram citados como ambientes onde o racismo foi praticado: bancos (10%), na comunidade em que mora (8%), transporte público (7%), espaços religiosos (5%) e agências de recrutamento para o trabalho (3%).

Os dados são tristes, mas não surpreende, principalmente quem está dentro de uma escola pública, basta um olhar mais apurado e nos deparamos com a violência racial.

A escola, como parte importante da estrutura social do país, espaço de formação (e deformação) do ser humano, reproduz em seu ambiente, as mesmas mazelas que vivemos na sociedade como um todo. Tudo que acontece fora dos muros, também acontece dentro, de uma forma contínua e sorrateira, mas muito eficiente na sua função de manter as relações assim como foram forjadas desde a invasão em 1500.

Seguem sugestões para aprofundamento no assunto:



2.2 – Racismo e Educação Física: O que eu tenho com isso?

O entendimento dos conceitos anteriores, nos remete a formular algumas hipóteses: Se o racismo estruturou a sociedade brasileira e suas relações de poder no Brasil e a escola é parte dessa sociedade, podemos acreditar que o racismo também está dentro da escola. Sendo a Educação Física, uma área de conhecimento presente no currículo “obrigatório” da educação básica, logo concluímos que também “sofra” influências do racismo, assim como as demais disciplinas dentro da escola.

Dentro do ambiente escolar, acreditamos que TODOS devem se mobilizar para combater o racismo, não há mais ou menos responsabilidade ou competência dessa ou daquela disciplina, todavia há necessidade de apropriação do conhecimento, planejamento e parcerias.

Os conteúdos pertinentes da Educação Física, em especial aqueles ligados aos elementos da cultura corporal²⁵, proporcionam abrir diversas discussões como o racismo se manifesta na sociedade como um todo e nas suas partes.

A lei 10.639 promulgada em 2003, que tem por finalidade a inclusão da história e da cultura afro-brasileira e africana nos currículos do ensino fundamental e médio, sendo, uma grande medida da ação política do movimento negro, e a Educação Física na escola deve cumprir o objetivo de tematizar o racismo nas suas aulas.

A busca pela implementação da educação antirracista nas aulas de Educação Física através da Lei n 10.639 sancionada em 2003 ainda é mínima, visto que a Lei estabelece que o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira seja ministrada nas disciplinas de Artes, História e Literatura, excluindo a Educação Física que faz parte da área de Linguagens, assim como Artes e Literatura. Entretanto, a Educação Física deveria ser reconhecida como uma das disciplinas prioritárias para incluir no seu currículo a educação antirracista, tendo em vista que é uma disciplina reconhecida pelos saberes corporais, com o objetivo de debater sobre a corporeidade, bem como em relação às culturas que esse corpo produz, reproduz e cria, como por exemplo, a cultura africana e afro-brasileira. Nesse contexto, a Educação Física escolar como componente curricular obrigatório da Educação Básica (BRASIL, 1996) deve também tomar como responsabilidade o cumprimento da Lei 10.639/03. Cabe aos docentes terem comprometimento, estudo e esforços para colocarem em prática uma educação antirracista de qualidade, visto que a Educação Física pode promover nas aulas a discussão das relações étnico-raciais para o combate ao racismo, como afirmam Pomin e Café (2020, p. 7-8):

Dessa maneira, a Educação Física deve exercer o papel de promotora de condições de visibilidade para as diferentes culturas, gerando o combate a estereótipos racistas étnico-raciais, a promoção da equivalência e o incentivo à mudança de paradigmas sociais segregatícios e branco-cêntricos, problematizando essas questões, promovendo um confronto, e assim, uma superação de ideais que limitam a plena exercitação da cidadania de todos os estudantes, promovendo um debate das relações sociais, tornando cidadãos seres humanos que vivem no Brasil como não-cidadãos.

Assim, a partir das aulas de Educação Física, o aluno desenvolve a criticidade

²⁵ Destaca-se como elementos da cultura corporal de movimento os jogos, os esportes, as danças, as lutas, a ginástica, o teatro, o malabarismo, as mímicas, as brincadeiras, entre outros

Como exemplo, tomaremos o Futebol que se apresenta como esporte preferido do povo brasileiro e dentro das aulas de Educação Física, possui uma grande aceitação, partindo do princípio que o racismo está presente na sociedade e no Futebol, a Educação Física deve confrontar esse elemento para uma formação crítica-social dos brasileiros, perspectivando uma Educação Antirracista.

O futebol profissional masculino, contabiliza vários casos de discriminação para com os jogadores negros. Em um estudo Cornelsen (2013), pode ser visto o quão forte foi sofrimento do goleiro Barbosa após a copa do mundo no Brasil de 1950 e perdurando por toda a sua vida, devido a esse estigma. Podemos citar também em 2005, na Copa Toyota Libertadores da América outro caso de preconceito racial foi relatado pelo jogador pernambucano Edinaldo Batista Libânio, mais conhecido como Grafite, onde a grande problemática são os brasileiros que não acreditam ser racistas, porém o racismo em nosso país é estrutural. Outros acontecimentos como os dos atletas Samuel Eto'o e Balotelli, que atuam em grandes times Europeus e foram agredidos verbalmente por torcidas adversárias, não foram problematizados da forma correta pelos meios midiáticos.

Situações como a do goleiro Mário Lúcio Duarte Costa, também conhecido como "Aranha", foi chamado de macaco por torcedores do Grêmio futebol Clube, e foi dado como justificativa das ofensas pela torcida do grêmio que o termo "macaco", é derivado da "macacada", historicamente autorizado pelo Internacional Futebol Clube, time rival do Grêmio em Porto Alegre/RS, onde se problematizou a legitimidade do que foi dito pela torcida. Casos mais recentes de racismo foram observados na Espanha, a vítima da vez é o atleta Vinicius Junior do Real Madrid que se tornou alvo das ofensas racistas por mais de 10 vezes nos últimos 2 anos, o futebol espanhol, comandado pela LA LIGA "naturalizou" essa violência contra Vinicius, se mostrando conivente e em alguns momentos culpando a vítima, creditando a ação dos racistas aos "comportamentos" de Vinicius em campo...

Diante de tais situações, apenas de um recorte nos conteúdos pertinentes a Educação Física, ou seja estamos tratando "apenas" do Racismo no Futebol, acreditamos que se faz necessária uma intervenção pedagógica sobre a presença do

racismo no esporte, na dança, nas lutas, nas manifestações corporais competitivas ou não, alusivas aos elementos da cultura corporal, levando os alunos a uma reflexão sobre as consequências do racismo na sociedade e a necessidade de enfrentamento coletivo e organizado buscando formar uma sociedade mais justa e que respeite os direitos humanos.

Para conhecer mais sobre o assunto, sugerimos:

- 1- **Tematizando o racismo nas aulas de educação física: problematizando o futebol** disponível: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistasemanapedagogica/article/view/243311>
- 2- **Racismo, homofobia e discriminação na quadra de aula: memórias de uma aluna trans – Disponível em :** <https://www.atenaeditora.com.br/catalogo/post/racismo-homofobia-e-discriminacao-na-quadra-de-aula-memorias-de-uma-aluna-trans>
- 3- **Práticas antirracistas nas aulas de educação física: um breve panorama** Disponível: <https://ojs3.uefs.br/index.php/incorporacao/article/download/9595/8052>
- 4- **Descolonização do corpo negro nas aulas de educação física escolar: corpos historicamente invisibilizados construindo liberdade -Disponível em:** <https://portalespiral.cp2.g12.br/index.php/temasemedfísicaescolar/article/view/3741>
- 5- **Racismo, preconceito e exclusão: um olhar a partir da Educação Física escolar** Irene Conceição. Andrade Rangel – Disponível em <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/motriz/article/view/63/747>



6-

Disponível

em:

https://www.google.com/url?sa=i&url=https%3A%2F%2Fwww2.unesp.br%2FHome%2Fcaadi%2Febook---racismo-e-educacao-antirracista.pdf&psig=AOvVaw0NFDx95OG2jf4iF5MU3Cs&ust=1710849610553000&source=images&cd=vfe&opi=89978449&ved=0CBUQjhxqFwoTCMj4sMzh_YQDFQAAAAAdAAAAABAc

3-POSSIBILIDADE DE SUPERAÇÃO/INTERVENÇÃO

3.1- A lei 10.639/03 e a Educação Física no Brasil

O estudo sobre a história e cultura Afro-Brasileira e Africana também insere um processo de luta pela superação do racismo e desigualdade, assim as ações pedagógicas diante da lei nº 10.639/03 podem ser vistas como uma medida para impulsionar grandes mudanças na escola e na sociedade, fazendo com que alunos/as respeitem as diferenças, e o mais importante, se posicionem contra qualquer tipo de violência contra sua cultura, religião, costumes, condição social...

Embora a Lei preveja um foco nos eixos de história, literatura e artes, sua aplicação deve ser efetivada em todas as disciplinas do currículo escolar, inclusive na Educação Física.

Convivendo no ambiente escolar, é possível notar a “dificuldade” para a aplicação da Lei, podemos citar como entraves a falta de formação inicial ou continuada para os docentes trabalhar a temática, gerando assim o desconhecimento e despreparo de alguns professores sobre o assunto; a falta de interesse da própria escola em levar adiante o estudo do tema; e o pouco material existente. Todavia, observando com uma maior criticidade, percebe-se que personagens (docentes e gestores), conhecem a existência da Lei, mas seu envolvimento no que tange a sua aplicação é insuficiente.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, traz que:

O sucesso das políticas públicas de Estado, institucionais e pedagógicas, visando as reparações, reconhecimento e valorização da identidade, da cultura e da história dos negros depende necessariamente de condições físicas, materiais, intelectuais e afetivas favoráveis para o ensino e para aprendizagens; em outras palavras, todos os alunos negros e não negros, bem como seus professores, precisam sentir-se valorizados e apoiados. (BRASIL, 2007, p.29)

Gomes e Jesus (2013), em pesquisa de âmbito nacional, apontam que o conhecimento dos docentes e gestores sobre relações étnico-raciais e História da África ainda é superficial. Entendem que a temática tem a finalidade de sensibilizar,

alertar e informar os discentes quanto à dimensão ética do racismo, o que deriva do pouco conhecimento acerca da História da África e sua relação com a história afro-brasileira, de modo a não valorizar essa cultura e a ignorar a sua representatividade.

Essa limitação pode se dá pela formação inicial deficiente ou a falta de formação continuada que limita a capacidade de atuação profissional, ou mesmo por opção do docente. É possível encontrar professores que não se “identificam com a causa”, acreditam que tem um “conteúdo para dar conta” e não podem perder tempo com outros assuntos.

[...] o caráter emancipatório da obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana tem contribuído para legitimar as práticas pedagógicas antirracistas já existentes, instiga a construção de novas práticas, explicita divergências, desvela imaginários racistas presentes no cotidiano escolar e traz novos desafios para a gestão dos sistemas de ensino, para as escolas, para os educadores, para a formação inicial e continuada de professores e para a política educacional. (Gomes & Jesus, 2013, p.32).

Por outro lado, os marcos legais para educação das relações étnico-raciais direcionam para mudanças nas matrizes curriculares dos cursos de formação inicial dos professores, sem as quais seriam reforçados os estereótipos do ideal do branqueamento e o mito da democracia racial, presentes nas práticas pedagógicas, silenciando as práticas racistas nas escolas.

Cumprir a Lei é, pois, responsabilidade de todos e não apenas do professor em sala de aula. Exige-se, assim, um comprometimento solidário dos vários elos do sistema de ensino brasileiro [...]” (Brasil, 2005, p.26).

Entendemos que não basta somente responsabilizar o docente pela não aplicabilidade da Lei, se faz necessário um esforço coletivo para o envolvimento de toda comunidade escolar e seu entorno, visto que o Racismo não **É** um problema da escola, ele também **ESTÁ na escola**, e não podemos fechar os olhos para ele e nem transferir a responsabilidade de combatê-lo.

Acreditamos que a Educação Física, enquanto componente curricular obrigatório na Educação Básica e assim atingido pela Lei, possui elementos, dentro de sua grade de conteúdos, capazes de abordar a educação para as relações étnicos raciais, numa perspectiva de superação de estereótipos e mitos construídos ao longo da história, no que se refere aos componentes da cultura corporal.

A Educação Física, ao longo da sua história, apresentar-se vinculada a valores como a competição e o selecionamento (SOUZA, 2009), e também por contribuir para

a criação de uma população racial e socialmente identificada com a camada branca, através da promoção de um corpo saudável, robusto e harmonioso organicamente (CASTELLANI FILHO, 1988). Ou nas palavras do próprio autor: “Porém, ao assim fazê-la, em oposição ao corpo relapso, flácido e doentio do indivíduo colonial, acabou contribuindo para que este corpo, eleito representante de uma classe e de uma raça, servisse para incentivar o racismo e os preconceitos sociais a eles ligados” (CASTELLANI FILHO, 1988, p. 33)

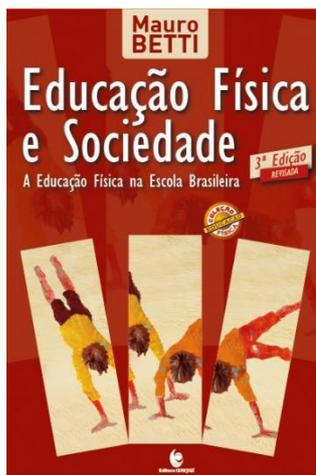
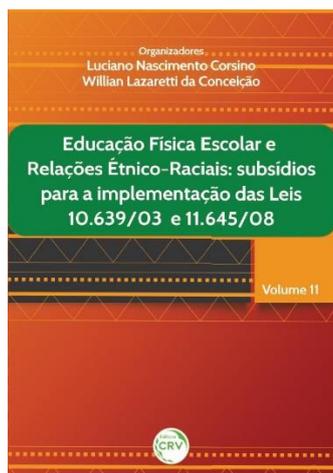
Sob a perspectiva da Educação Física como prática social, várias terminologias apareceram entre elas destaque para: “cultura corporal de movimento”, “cultura de movimento”, “cultura corporal”. Nesta pesquisa adotamos o conceito “cultura corporal de movimento”, por entender que a Educação Física é tratada como uma área que lida com as expressões corporais que o homem produziu socialmente e foi historicamente acumulado pela humanidade. Necessitam ser transmitidos, difundidos, vivenciados e ressignificados entre gerações para que se alcance o processo de humanização. Destaca-se como elementos da cultura corporal de movimento os jogos, os esportes, as danças, as lutas, a ginástica, o teatro, o malabarismo, as mímicas, as brincadeiras, entre outros. Todavia, esse conceito, aqui adotado não será o foco da pesquisa, apenas uma referência para a construção de estratégias que resultem na abordagem principal que é a Educação para as Relações Étnicas Raciais (ERER)

Diante do exposto até o momento, acredito ser legítima, necessária e urgente a Educação Física abordar nas suas aulas, conteúdos com uma perspectiva antirracista, contribuindo para o cumprimento da Lei 10.639/03 e o mais importante, se transformando em mais uma ferramenta na luta por uma escola sem discriminação e em consequência uma sociedade que respeita as diferenças.

Para saber mais sobre o assunto, acesse:

- 1- https://www.youtube.com/watch?v=ykcz_Ak5sUM
- 2- <https://www.youtube.com/watch?v=WVQ0xvO-I7Y>
- 3- <https://www.uol.com.br/ecoa/videos/2023/01/18/papo-preto-110-o-que-e-a-lei-10639.htm444>
- 4- <https://www.youtube.com/watch?v=XRFEsMui5SA>

5-



Concluimos essa etapa do Produto Educacional, com a expectativa de ter apresentado ao professor de Educação Física, uma referência para nortear a busca por uma formação continuada que lhe permita propor uma Educação Antirracista fundamentada e que venha a ter êxito no enfrentamento ao racismo no ambiente escolar.

A seguir, apresentaremos uma sequência didática, com propostas de atividades para serem desenvolvidas junto aos alunos.

4. - SEQUÊNCIA DIDÁTICA

Como parte desse Produto Educacional, elaboramos uma sequência didática que tem a finalidade de oferecer ao professor de Educação Física um NORTE para INICIAR a sua experiência por uma Educação Antirracista, utilizando também os elementos da Educação Física como referências, reiteramos que se trata de uma SUGESTÃO de planejamento, DEVENDO sofrer adequações necessárias capazes de facilitar o processo ensino-aprendizagem, beneficiando tanto aplicação por parte do professor e a compreensão pelos alunos.

Período: 06/02 a 08/05(Exemplo)

Quantidade de aulas: 12

Frequência semanal: 1 aula

Dia da aula: quarta feira

Turma: 3ª série EM

Objetivo Geral: Conhecer e compreender as variadas formas de manifestações do racismo estrutural no Brasil e propor mudanças de atitudes e comportamentos, dentro e fora do ambiente escolar, que priorizem a busca pela justiça social utilizando os elementos da Educação Física.

Aulas 01 e 02

Objetivo: Conhecer como se deu a construção das relações raciais no Brasil a partir do mito da democracia racial e da ideologia do embranquecimento

Conteúdos: Conceito de racismo, racismo estrutural, discriminação e sua relação com os outros segmentos da sociedade, inclusive com a escola e com as aulas de Educação Física, o mito da democracia racial no Brasil.

Estratégias: Roda de conversa sobre a temática, a fim de perceber o nível de conhecimento e de aderência da proposta, explicar os motivos que justificam os estudos, solicitar que os alunos citem casos de racismo em diversos espaços sociais, destacando a escola e os eventos esportivos.

Atividades: As atividades abaixo, são **SUGESTÕES** para debater o tema obter uma melhor compreensão, todavia cabe ao docente propor a atividade que considerar mais adequada.

- 1- Fazer a leitura do texto- “O que é democracia racial” PORFÍRIO, Francisco. "Democracia racial"; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historia/democracia-racial.htm>
- 2- Assista ao vídeo a seguir <https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/luz-camera-gestao/detalhe/ep-1-o-mito-da-democracia-racial>
- 3- Abra a discussão questionando se o(a)s alunos(as) conhecem as principais expressões que aparecem no texto e no vídeo: Mito, Mito da democracia racial, embranquecimento, abismo social...
- 4- Solicite que pesquisem quem são alguns dos nomes citados no vídeo e suas “contribuições” para a construção do mito da democracia racial:
 - Renato Khel
 - João Batista Lacerda
 - Modesto Broco
 - Gilberto Freire
 - Florestan Fernandez

Aulas 03 e 04

Objetivo: Concluir o capítulo 01 (aulas 01 e 02), sobre a construção das relações raciais no Brasil a partir do mito da democracia racial e da ideologia do embranquecimento e iniciar o capítulo 02 (aulas 03 e 04), trazendo o conceito de racismo estrutural e como ele se manifesta no esporte e nos outros elementos da Educação Física.

Conteúdos: Conceito estrutural, discriminação e preconceitos a suas relações com o esporte, a dança, a luta e a ginástica. Educação Física eugenista e higienista

Estratégias: Roda de conversa sobre a temática, a fim de perceber o andamento da proposta e retomar o conteúdo da aula anterior. Conclusão do capítulo 01, com a construção dos conceitos propostos a partir das discussões e leituras, aproximação do racismo com esporte inicialmente o futebol, trazendo a situação de Vinicius Junior sugestão de atividade de pesquisa para o próximo encontro sobre o modelo de Educação Física Eugenista.

Atividades: As atividades abaixo, são **SUGESTÕES** para debater o tema obter uma melhor compreensão, todavia cabe ao docente propor a atividade que considerar mais adequada.

- 1- Assista ao vídeo <https://www.youtube.com/watch?v=lryL8ZAMq-E> , abra discussão sobre a temática abordada

- 2- Construção de um painel com os seguintes conceitos construídos coletivamente:
 - 1- Racismo
 - 2- Discriminação
 - 3- Preconceito
 - 4- Injúria Racial

5- Racismo Estrutural

Finalizar respondendo as seguintes perguntas: **Existe racismo no Brasil?**
Como ele se manifesta?

Aulas 05 e 06

Objetivo: Retomar o conceito de racismo estrutural e sua presença na Educação Física, compreender o conceito de eugenia e sua relação com o racismo no esporte brasileiro, principalmente o esporte olímpico.

Conteúdos: Conceito estrutural, discriminação e preconceitos a suas relações com o esporte, a dança, a luta e a ginástica. Educação Física eugenista e higienista

Estratégias: Iniciar a aula retomando a atividade de pesquisa sobre Educação Física Eugénista e responder as perguntas realizadas no final da aula anterior (**Existe racismo no Brasil? Como ele se manifesta?**) buscar relacionar as respostas com o conceito de racismo estrutural no esporte. Observar, através de dados estatísticos, a presença do negro no esporte olímpico brasileiro e em quais modalidades estão presentes.

Atividades: As atividades abaixo, são **SUGESTÕES** para debater o tema obter uma melhor compreensão, todavia cabe ao docente propor a atividade que considerar mais adequada.

1- **Assista ao vídeo a seguir:**

https://www.youtube.com/watch?v=B_p9SBcK0oQ

2- Após o vídeo, peça que os alunos(as) apontem 3 times comandados por técnicos ou presidentes negros.

3- Faça a exibição do seguinte vídeo:

<https://www.youtube.com/watch?v=hRlymsLacIE>

4- Abra o debate sobre a relação entre a presença e participação do negro no esporte e em outras áreas da sociedade.

5- **Assista ao vídeo a seguir:**

<https://www.youtube.com/watch?v=CPwdmiJ0j3A>

6- **Proponha atividade em grupo:** Solicite que as equipes pesquisem a história de atletas negros brasileiro e construam painéis, destacando os desafios enfrentados por essas personalidades

Aulas 07 e 08

Objetivo: Retomar o conceito de racismo estrutural e sua presença na Educação Física, compreender o conceito de eugenia e sua relação com o racismo no esporte brasileiro, principalmente o esporte olímpico.

Conteúdos: Conceito estrutural, discriminação e preconceitos a suas relações com o esporte, a dança, a luta e a ginástica. Educação Física eugenista e higienista

Estratégias: Iniciar a aula retomando a atividade de pesquisa sobre Educação Física Eugénista, buscar relacionar o conceito com o racismo estrutural no esporte. Observar, através de dados estatísticos, a presença do negro no esporte olímpico brasileiro e em quais modalidades estão presentes.

Atividades: As atividades abaixo, são **SUGESTÕES** para debater o tema obter uma melhor compreensão, todavia cabe ao docente adequar a atividade para conseguir o melhor resultado.

Faça as seguintes perguntas:

1- QUANTOS NADADORES NEGROS VOCÊS CONHECEM?

2- PORQUE EXISTEM TÃO POUCOS NEGROS PRATICANDO NATAÇÃO OLÍMPICA?

Peça que os alunos anotem as respostas no caderno;

Faça a exibição do seguinte vídeo: <https://globoplay.globo.com/v/8891652/>

Após exibição, abra a discussão, ouvindo as respostas colocadas sobre as perguntas aqui. Destaque o feito de **Edvaldo Valerio** e outros negros que aparecem no vídeo.

Encerre a aula solicitando que cada alunos pesquise e aponte 2 atletas brasileiros e negros que se destacam nos esportes abaixo:

Formula 1

Ginástica rítmica

Esgrima

Boxe

Xadrez

Aulas 09 e 10

Objetivo: Finalizar o conceito de racismo estrutural e sua presença na Educação Física, perceber a presença e influência do racismo no esporte brasileiro, principalmente o esporte olímpico.

(RE) Conhecer a necessidade e as estratégias de enfrentamento ao racismo no ambiente escolar, compreender que se trata de uma “luta” coletiva em busca de sociedade mais justa, compreender o conceito de Antirracismo

Conteúdos: A lei 10.639/03, Educação Antirracista, Ações Afirmativas

Estratégias: Iniciar a atividade retomando a proposta de pesquisa da aula anterior, sobre a presença do negro nos esportes, destacando que o negro está muito mais presente no Boxe do que na ginástica, abra o questionamento do porque isso acontece e ressalta a discriminação do corpo negro, sempre relacionado com a força e menos com intelecto.

Destacar as ações afirmativas de reparação em vigor no Brasil, em especial o sistema de cotas para ingressar nas Universidades.

Atividades: As atividades abaixo, são **SUGESTÕES** para debater o tema obter uma melhor compreensão, todavia cabe ao docente adequar a atividade para conseguir o melhor resultado.

- Abrir a aula retomando a atividade para casa;
- Associar a presença do negro no esporte aos ocupados no mercado de trabalho;
- Corpos negros remetem a atividades de força e perigosas enquanto que os brancos são preparados para atividades intelectuais e de comando.
- Destacar aqueles atletas negros que estão conseguindo vencer, não só seus adversários, mas também o racismo.

Faça a leitura do texto: **Ações afirmativas – disponível em <https://mundoeducacao.uol.com.br/sociologia/acoes-afirmativas.htm>**

Faça a leitura do texto: **Cotas raciais: Disponível em** <https://brasilecola.uol.com.br/educacao/sistema-cotas-racial.htm#:~:text=As%20cotas%20raciais%20s%C3%A3o%20a%C3%A7%C3%B5es,um%20sistema%20de%20equidade%20social.>

Faça a exibição do seguinte vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=q40ltMRKtLU>

Proponha para a próxima aula, a construção de um painel com pessoas negras que se destacam na sociedade, não apenas por sua posição social, mas pelos seus engajamentos na luta antirracista, peça aos alunos que pesquisem e tragam biografias com figuras dessas personalidades.

- Política
- Esporte
- Música
- Artes
- Televisão
- Outros Segmentos

Aulas 11 e 12

Objetivo: Retomar conceito de Antirracismo e sua importância para uma sociedade mais justa, (RE) Conhecer a necessidade e as estratégias de enfrentamento ao racismo no ambiente escolar e na sociedade em geral, compreender que se trata de uma “luta” coletiva e que não basta não ser racista, precisa ser antirracista

Conteúdos: Educação Antirracista, Ações Afirmativas

Estratégias: Iniciar a atividade, retomando a proposta de pesquisa da aula anterior, analisando quem são as referências que os alunos trouxeram como na luta Antirracista.

Perceber os avanços e as conquistas do povo negro ao longo do tempo, entender que são poucos, mas significativos

Atividades: As atividades abaixo, são **SUGESTÕES** para debater o tema obter uma melhor compreensão, todavia cabe ao docente adequar a atividade para conseguir o melhor resultado.

- Solicitar que os alunos façam as apresentações das referências pesquisadas, ressaltando quais as contribuições dessa personalidade na luta antirracista,
- Estimular a percepção de interseccionalidade entre os personagens apresentado.
- Estimular a percepção de semelhanças entre as biografias e as histórias de vida dos próprios alunos.
- Montar um Painel ou vários, com as referências trazidas pelos alunos, realizar a exposição em local de grande acesso de pessoas no ambiente escolar.



5.REFERENCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Brasília, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.** Brasília: Mec, 2005. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/DCN-s-Educacao-das-Relacoes-Etnico-Raciais.pdf>>. Acesso em: 26 jan. 2023.

CATELLANI FILHO, Lino. **Educação física no Brasil: a história que não se conta.** Campinas (SP): Papirus, 1988

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes.** São Paulo: Nacional, 1965, p. 24.

GOMES, Nilma Lino; Jesus, R.E. **As práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva de Lei nº 10.639/2003: desafios para a política educacional e indagações para a pesquisa.** Educar em Revista, n.47, p.19-33, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n47/03.pdf>>. Acesso em: 27 jan. 2016.

SOUZA, Maristela da Silva. **Esporte escolar: possibilidade superadora no plano da cultura corporal.** São Paulo: Ícone, 2009